

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO
2019/2020**



TII

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA OPERAÇÃO CENSOS SÉNIOR,
DESENVOLVIDA PELA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, NO
ÂMBITO DA PREVENÇÃO CRIMINAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Pedro Miguel Dias Ramos
MAJOR, GNR**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA OPERAÇÃO CENSOS
SÉNIOR, DESENVOLVIDA PELA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA, NA PREVENÇÃO CRIMINAL**

MAJOR, GNR Pedro Miguel Dias Ramos

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Pedrouços 2020



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA OPERAÇÃO CENSOS
SÉNIOR, DESENVOLVIDA PELA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA, NA PREVENÇÃO CRIMINAL**

MAJOR, GNR Pedro Miguel Dias Ramos

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: TCOR INF GNR Paulo Miguel Lopes de Barros Poiares

Pedrouços 2020



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Pedro Miguel Dias Ramos**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**Avaliação do Impacto da operação Censos Sénior, desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana, na Prevenção Criminal**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CEMC 2019/20** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **08 de maio de 2020**

Pedro Miguel Dias Ramos



Agradecimentos

O presente trabalho de investigação culmina a etapa académica do Curso de Estado-Maior 2019-2020 e contou com a prestimosa colaboração de diversas pessoas a quem me cumpre agradecer.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao orientador e coorientador do presente trabalho, Tenentes-Coronéis Paulo Poiares e Cláudia Santos que, mesmo dentro do seu escasso tempo disponível, mantiveram-se permanentemente disponíveis para contribuir para o seu desenvolvimento, muito por fruto da sua preciosa experiência.

Não seria igualmente justo se não esboçasse uma palavra de agradecimento ao Tenente-Coronel Marco Cruz, pela prestimosa disponibilidade, apoio e incondicional acompanhamento na elaboração do presente trabalho.

Também gostaria de agradecer à estrutura de Comando da Guarda Nacional Republicana, por ter disponibilizado os elementos teóricos necessários para a análise, e ter facilitado a realização de entrevistas a pessoas com experiência na operação Censos Sénior, que possibilitaram a interpretação dos dados apresentados.

Uma palavra especial aos ilustres alvos das entrevistas que, pese embora muitas limitações, prontamente, aceitaram partilhar a sua experiência.

À minha esposa e filhos, Vera, João Pedro e Maria Inês que, a par desta jornada académica me acompanharam, incondicionalmente e com muito amor, num longo processo de saúde pessoal complexo e subsequente recuperação.

Também aos meus pais que, uma vez mais, estiveram sempre ao meu lado e possibilitaram uma recuperação mais fácil na minha doença, proporcionando acompanhamento aos meus filhos, seus netos.

Saliento, também, o acompanhamento dos camaradas do Curso de Estado-Maior Conjunto, na pessoa do Diretor de Curso que se manifestou incomensurável e inexcusável.

Por último gostaria de deixar um agradecimento especial aos 357 militares da Guarda Nacional Republicana afetos à estrutura de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário, pela nobre missão diária que levam a cabo, acompanhando os mais frágeis da nossa sociedade e que granjeiam a nossa Guarda Nacional Republicana.

Bem-Hajam.



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento concetual.....	4
2.1. O Idoso.....	4
2.1.1. O que é um idoso?	5
2.1.2. Envelhecimento demográfico	6
2.1.3. Vulnerabilidades dos idosos	6
2.1.4. Violência contra idosos	7
2.1.5. Envelhecimento Ativo	8
2.2. A Prevenção da criminalidade	8
2.2.1. Segurança e Insegurança	8
2.2.2. Policiamento de Proximidade e Policiamento Comunitário.....	9
2.2.3. Responsabilidade Social	10
2.2.4. Comunidade.....	10
2.2.5. Parcerias	11
2.3. A Avaliação do Impacto	12
3. Retrato da violência e criminalidade contra idosos, em Portugal	13
4. A Guarda Nacional Republicana – Uma força Humana, Próxima e de Confiança	15
5. Operação Censos Sénior, desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana	19
6. Metodologia, percurso e instrumentos metodológicos de análise	25
6.1. Resumo da metodologia	25
6.2. Percurso e instrumentos metodológicos	25
7. Apresentação e análise de resultados	27
8. Conclusões	36
Referências Bibliográficas.....	42
Legislação e Normas Referenciadas	48



Índice de Apêndices

Apêndice A —	Modelo de Análise	Apd A - 1
Apêndice B —	Tipologia de Crimes Registados pela GNR, entre 2013 e 2018, contra idosos.....	Apd B - 1
Apêndice C —	Guião de Entrevista	Apd C - 1
Apêndice D —	Identificação de Entrevistados	Apd D - 1
Apêndice E —	Grelha de respostas à questão nº1 das entrevistas.....	Apd E - 1
Apêndice F —	Grelha de respostas à questão nº2 das entrevistas.....	Apd F - 1
Apêndice G —	Grelha de respostas à questão nº3 das entrevistas.....	Apd G - 1
Apêndice H —	Grelha de respostas à questão nº4 das entrevistas.....	Apd H - 1
Apêndice I —	Grelha de respostas à questão nº5 das entrevistas.....	Apd I - 1
Apêndice J —	Grelha de respostas à questão nº6 das entrevistas.....	Apd J - 1
Apêndice K —	Grelha de respostas à questão nº7 das entrevistas.....	Apd K - 1

Índice de Figuras

Figura 1 - Pirâmide de Maslow	4
Figura 2 - Faixa Etária da população da UE 2002-2017	5
Figura 3 - População residente com 65 ou mais anos.....	6
Figura 4 - Cadeia de Resultados	12
Figura 5 - Centro de Gravidade da GNR ("Pessoas")	17
Figura 6 - Cartaz com conselhos de segurança divulgado pela GNR	20
Figura 7 - “Cartão Sénior”, cedido pela GNR no âmbito da operação Censos Sénior.....	21
Figura 8 - Folheto tripartido sobre Conselhos de Segurança, entregue a idosos.....	21
Figura 9 - Residência de idoso sinalizado a outras instituições	22
Figura 10 - Idoso após sinalização da GNR e intervenção de parceiros	22
Figura 11 - Ação sensibilização no âmbito “Gerações de Mãos Dadas”	23
Figura 12 - Cartaz Internet Segura	24

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Dados de Criminalidade contra Idosos entre 2013-2019, registada pela GNR .	27
Tabela 2 - Informação identificativa dos entrevistados.....	29
Tabela 3 - Resumo das respostas à questão n.º 1.....	30
Tabela 4 - Resumo das respostas à questão n.º 2.....	31



Tabela 5 - Resumo das respostas à questão n.º 3.....	31
Tabela 6 - Resumo das respostas à questão n.º 4.....	32
Tabela 7 - Resumo das respostas à questão n.º 5.....	33
Tabela 8 - Resumo das respostas à questão n.º 6.....	34
Tabela 9 - Resumo das respostas à questão n.º 7.....	34



Resumo

A Guarda Nacional Republicana, focando-se no “Cidadão”, constitui-se como uma força humana, próxima e de confiança. Para tal tem vindo a incrementar estratégias de policiamento, especificamente orientado para as comunidades. É neste âmbito que surge a operação Censos Sénior, orientada para a prevenção de crimes contra a população idosa.

A prevenção da criminalidade corresponde ao conjunto de medidas orientadas para minorar infrações criminais ou outras, a frequência, a gravidade ou consequências.

Considerando que avaliar é condição indispensável que permite a verificação das estratégias seguidas, o seu impacto e subsequente melhoria, estabeleceu-se como objetivo geral avaliar o impacto da operação Censos Sénior, desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana, na prevenção criminal, seguindo-se uma metodologia de raciocínio dedutivo, de abordagem de pesquisa mista e desenho de pesquisa transversal.

Dos resultados alcançados através da realização de entrevistas semiestruturadas e análise da estatística criminal, destacam-se que a operação tem impacto positivo na prevenção de crimes, que a criminalidade não tem evoluído progressivamente e que as matérias sensibilizadas encaixam nas temáticas dos crimes mais recorrentes. Foram ainda identificados como constrangimentos a necessidade de sensibilização contínua e uma estratégia de longo prazo para a operação, com objetivos, indicadores e metas a atingir, que possam ser medidos.

Palavras-chave

Avaliação de Impacto, Censos Sénior, Guarda Nacional Republicana, Prevenção Criminal



Abstract

The Republican National Guard, focusing on the “Citizen”, was constituted as a Human, Close and Trustworthy force. To this end, it has been increasing policing strategies, specifically oriented to communities. It is in this context that operation Censos Sénior emerges, aimed at preventing crimes against the elderly population.

Crime prevention corresponds to the set of measures aimed at mitigating criminal or other infractions, the frequency, severity or consequences.

Considering that evaluating is an indispensable condition that allows the verification of the strategies followed, their impact and subsequent improvement, it was established as a general objective, to evaluate the impact of operation Censos Sénior, developed by Republican National Guard, in criminal prevention, following a methodology of type of inductive reasoning, mixed approach and cross-sectional research design.

From the results achieved through semi-structured interviews and analysis of criminal statistics, it is highlighted that the operation has a positive impact on crime prevention, that crime has not progressively evolved and that the sensitized matters fit into the themes of the most recurring crimes. There were also identified as constraints the need for continuous awareness and a long-term strategy for the operation, with objectives, indicators and targets to be achieved, which can be measured.

Keywords

Impact Evaluation, Censos Sénior, Republican National Guard; Crime Prevention



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
AR	Assembleia da República

C

CEMC	Curso de Estado-Maior Conjunto
------	--------------------------------

D

DGAI	Direção-Geral da Administração Interna
------	--

F

FS	Força de Segurança
----	--------------------

G

GNR	Guarda Nacional Republicana
GRESI	Grupo de Reflexão Estratégica sobre a Segurança Interna

I

INE	Instituto Nacional de Estatística
IUM	Instituto Universitário Militar

L

LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
-------	---

M

MAI	Ministério da Administração Interna
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros

N

NCS	Núcleo Comércio Seguro
NEP	Norma de Execução Permanente
NES	Núcleo Escola Seguro
NIS	Núcleo Idosos em Segurança

O

OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
ONU	Organização das Nações Unidas

P

PEPP	Programas Especiais de Policiamento de Proximidade
------	--

Q



Q	Questão
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
R	
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RPC	Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
S	
SPC	Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
T	
TII	Trabalho de Investigação Individual
U	
UE	União Europeia
W	
WHO	<i>World Health Organization</i>



1. Introdução

A presente investigação visa, em contexto académico, avaliar o impacto da operação Censos Sénior, desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana (GNR), mais propriamente na prevenção de crimes.

Segundo a pirâmide de Maslow, a segurança aparece logo na base, apenas antecipada pelas necessidades fisiológicas e constituiu-se uma incumbência do próprio Estado (Alves, 2010, p. 19; Lopes, 2006).

A GNR, enquanto força de segurança (FS) de natureza militar, com cerca de 94% de área do território nacional e cerca de 53,8% da população à sua responsabilidade, vocacionada para atuar num largo espectro de prevenção e conflitualidade, serve a população de forma próxima, legitimando-se através da confiança depositada pelas populações (GNR, 2015).

Com foco no “Cidadão”, a GNR orientou a sua “Visão” para a sua afirmação indubitável como força Humana, Próxima e de Confiança (GNR, 2015, p. 3), tendo vindo a incrementar novas estratégias de policiamento, orientado para comunidades específicas, onde se inclui a comunidade idosa e é neste âmbito que surge a operação Censos Sénior.

A operação Censos Sénior tem como principal objetivo a prevenção criminal através da georreferenciação e levantamento do número de idosos que vivem isolados e/ou em situações de isolamento (GNR, 2020b). Nesta perspetiva, importa desde logo salientar que é do entendimento da GNR que idoso é todo o cidadão com idade igual ou superior a 65 anos, o que foi assumido ao longo deste trabalho.

Nesta demanda, considerando que não basta a introdução de programas, supostamente orientados para problemas específicos, importa considerar e analisar aquilo que foi o seu real impacto no público alvo, por se considerar que avaliar é uma condição indispensável em projetos na medida em que permite a verificação das estratégias seguidas, a verificação do impacto que as mesmas tiveram e uma subsequente melhoria contínua, contribuindo para a aprendizagem e criação de conhecimento para a sua avaliação, potenciando a aprendizagem organizacional (Fabiani, et al., s.d., p. 5; Martinez, et al., 2015, p. 8; MNE, 2013, p. 9).

Face ao exposto, considera-se que a temática em estudo assume especial importância na medida em que a GNR, ao nível de policiamento comunitário, nunca realizou a avaliação de impacto de nenhum dos seus projetos, sendo, portanto, um estudo pioneiro, que poderá ser utilizado para melhorar a sua performance no âmbito do projeto e majorar os objetivos propostos.



Assim, o presente trabalho de investigação individual (TII) tem como objeto de estudo a operação Censos Sénior da GNR.

A delimitação do objeto de investigação pressupõe os domínios temporal, espacial e concetual (Santos & Lima, 2019). Neste contexto, o estudo será delimitado ao nível temporal a partir do ano de 2013, ano a partir do qual é possível analisar dados da criminalidade específica contra idosos e até 2019, ano mais recente com recolha de dados possível, e espacialmente à área geográfica de responsabilidade da GNR. Quanto ao domínio concetual, a presente investigação irá centrar-se na avaliação de impacto da operação Censos Sénior para a prevenção criminal.

Assim, de acordo com o tema do presente trabalho e segundo a delimitação apresentada, foi definido como objetivo geral (**OG**) - Avaliar o Impacto da Operação Censos Sénior, desenvolvido pela GNR, na prevenção criminal.

Para sustentar o objetivo geral, definiram-se três objetivos específicos (OE):

OE 1: Analisar a evolução da criminalidade contra idosos, na área de responsabilidade da GNR onde decorre a operação Censos Sénior entre 2013 e 2019;

OE 2: Analisar a operação Censos Sénior, desenvolvida pela GNR;

OE 3: Inventariar outras medidas que, no âmbito da operação Censos Sénior, poderiam contribuir para potenciar a prevenção criminal.

Com vista a alcançar o objetivo geral definido, formula-se a seguinte Questão Central (QC): A operação Censos Sénior, desenvolvida pela GNR, tem impacto na prevenção criminal?

A partir da QC identificam-se três questões derivadas (QD):

QD 1: Como tem evoluído a criminalidade contra idosos, na área de responsabilidade da GNR entre 2013 e 2019?

QD 2: A operação Censos Sénior contribui para a prevenção criminal?

QD 3: Que outras medidas, no âmbito da operação Censos Sénior, podem potenciar a prevenção criminal?

O presente trabalho segue as normas de orientação metodológica em vigor no Instituto Universitário Militar (IUM) para a elaboração de trabalhos de investigação (Santos & Lima, 2019), e as Normas de Execução Permanente (NEP) ACA 001¹ e a ACA 003².

¹ NEP/INV – ACA 001, de setembro (2018) - *Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

² NEP/INV – ACA 003, de setembro (2018). *Estrutura e Regras de Citação e Referenciação de Trabalhos Escritos a Realizar no DEPG e CISD*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.



Seguindo uma posição marcadamente epistemológica face ao objeto em estudo, utilizou-se uma metodologia de raciocínio dedutivo em que a estratégia de investigação adotada foi do tipo misto, considerando a complexidade e subjetividade do tema (Santos & Lima, 2019, pp. 13-31).

O desenho de pesquisa selecionado foi o transversal porquanto pressupõe “a recolha de dados de mais de um caso, num determinado instante de tempo, de forma a coligir dados quantitativos ou qualitativos (...) que após a sua análise permitem detetar padrões, estabelecendo a variação” (Santos & Lima, 2019, p. 33).

A recolha de dados foi efetuada através de uma análise documental detalhada em várias obras de referência, artigos científicos, legislação, entre outras fontes de onde se destaca a estatística criminal de crimes contra idosos, na área de responsabilidade da GNR, bem como entrevistas semiestruturadas efetuadas a entidades que tiveram contato de perto com a realidade comunitária da GNR.

Relativamente ao percurso metodológico, seguiu-se o preconizado pelo IUM, uma fase exploratória, uma fase analítica e uma fase conclusiva (Santos & Lima, 2019), que culminaram numa estrutura composta por seis capítulos. No primeiro capítulo foi feito um enquadramento concetual do tema em investigação nomeadamente, a temática do idoso propriamente dito, a prevenção criminal e a avaliação de impacto. No segundo capítulo, é analisada a evolução da criminalidade contra idosos em Portugal, desde 2013 até 2018, coincidindo com o desenvolvimento da operação Censos Sénior. No terceiro capítulo é analisado o policiamento comunitário da GNR, onde se implementou a operação. No quarto capítulo é analisado o desenvolvimento da operação Censos Sénior, desde a sua génese, em 2011, até 2019. No quinto capítulo é apresentada a metodologia, percurso e instrumentos metodológicos e no sexto capítulo são apresentados os dados recolhidos e a análise dos mesmos.

Por fim, na conclusão, procedeu-se à síntese do conhecimento alcançado através das respostas às QD, e fundamentalmente à QC, terminando com as limitações e recomendações/sugestões para estudos futuros no âmbito do objeto de estudo deste trabalho.

2. Enquadramento concetual

No presente capítulo procurou-se realizar uma abordagem enquadradora e conceptual, que abarcasse os pontos mais relevantes do trabalho, apresentando para tal uma revisão literária dos conceitos abordados.

2.1. O Idoso

As sociedades atuais caracterizam-se por serem ambientes complexos e diversificados.

Segundo Alves (2010, p. 19), tanto a psicologia como a sociologia consideram que os seres humanos têm uma notória necessidade de sobrevivência e de organização, justificando-se a necessidade dos estudos sobre o funcionamento das sociedades.

Observando também a pirâmide de Maslow comprova-se que a segurança aparece notoriamente na base da pirâmide, apenas antecipada pelas necessidades fisiológicas (2010, p. 19).



Figura 1 - Pirâmide de Maslow

Fonte: (Alves, 2010, p. 19)

Para Lopes (2006, p. 4), o exercício pleno da cidadania é o objetivo último da política de segurança interna, competindo ao Estado garantir a segurança dos seus cidadãos.

Seguindo esta linha de pensamento, também na sociedade atual a evolução da ciência médica e a progressiva melhoria generalizada das condições de vida, em particular nos países desenvolvidos, tem tido como consequência uma maior longevidade dos cidadãos.

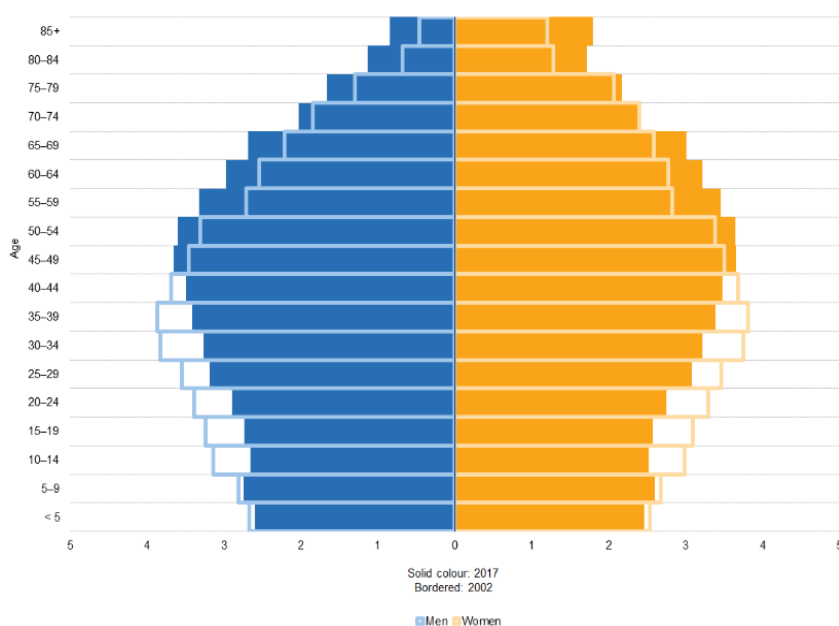


Figura 2 - Faixa Etária da população da UE 2002-2017

Fonte: (UE, 2018)

A diminuição da mortalidade tornaram possível a longevidade da população idosa, o que, associado à baixa natalidade, teve como resultante o envelhecimento da população (Barreto, 2003).

Com o avançar da idade começam a surgir novos desafios, designadamente “situações de isolamento (social e físico), vulnerabilidade (física, social e financeira), perda de autonomia, insegurança e riscos de vitimização e violência que não se colocarão a outros estratos etários da sociedade” (Valente, 2013, p. 45).

2.1.1. O que é um idoso?

Analisar a população idosa na sociedade pressupõe a correta definição à partida do que é então um idoso. Segundo a *World Health Organization* (WHO), a classificação de uma pessoa como idosa é algo que está normalmente associada à sua idade cronológica (WHO, 2017). No entanto, nem sempre existe consenso sobre qual a idade correta para considerar uma pessoa como idosa. A Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza como referência de faixa etária os 60 anos, já a WHO classifica um idoso a pessoa com mais de 65 anos (Pinto, 2013).

Seguindo esta linha, é entendimento da GNR que idoso é todo o cidadão com idade igual ou superior a 65 anos e é esta definição que se vai adotar na presente investigação.

2.1.2. Envelhecimento demográfico

O envelhecimento demográfico constitui-se como um “progressivo decréscimo da representatividade da população mais jovem em detrimento do aumento da população mais idosa” (Valente, 2013, p. 35), determinando o alargamento do topo da pirâmide demográfica, diminuindo a sua base, revelando-se “o fenómeno mais relevante do século XXI” (Gonçalves & Carrilho, 2004, p. 177) e uma autêntica “transição demográfica” (Adam, 2008; Kirk, 1996).

Observando-se a última série de projeções demográficas do Eurostat entre 2015 a 2080 e as tendências futuras do envelhecimento demográfico, é notório o envelhecimento da população da União Europeia (UE), aumentando até 528,6 milhões em 2050 e diminuindo para 518,8 milhões, até 2080 (UE, 2018).

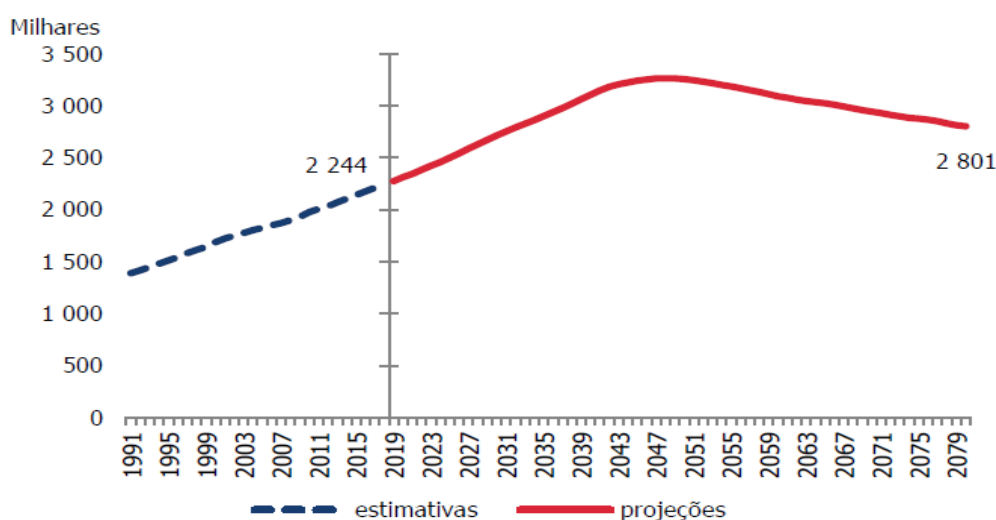


Figura 3 - População residente com 65 ou mais anos

Fonte: (INE, 2019, p. 11)

Portugal não é exceção. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2018, a população com idade igual ou superior a 65 anos aumentou para 2.244.225 pessoas (mais 30.951 do que em 2017), representando 21,8% da população total estimada (INE, 2019, p. 5).

2.1.3. Vulnerabilidades dos idosos

Segundo Giddens (2009, p. 168), há o estereótipo relativamente às pessoas idosas nas sociedades industrializadas, em que estas estão “(...) em hospitais ou lares, são senis, ou até que os trabalhadores mais velhos são menos competentes do que os mais novos” o que poderá conduzir a situações de isolamento e exposição a situações de crime, violência e insegurança.



Um problema sério que assola a comunidade idosa é a discriminação por parte da própria sociedade e daqueles que lhes são próximos. Vistos pelos filhos e pela sociedade como um encargo social (um fardo) apenas se espera que “(...) os velhos os não incomodem, os não impeçam de trabalhar, divertir-se, passar férias, viajar e sair à noite” (Barreto, 2003).

Para além da debilidade e condicionamentos de ordem física, também a prevalência de baixos rendimentos nessa franja da sociedade contribui para uma vulnerabilidade de ordem financeira (Valente, 2013).

A vulnerabilidade física dos idosos, para além de os condicionar uma resposta eficaz a um potencial agressor, torna-os alvos potencialmente mais fáceis, na medida em que são percecionados como, tendencialmente, menos resistentes (Valente, 2013).

2.1.4. Violência contra idosos

Em termos de definição, são consideradas formas de violência contra idosos pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2020), instituição de referência em Portugal e que presta de apoio a vítimas, as seguintes:

- A **Violência Física**³, implica qualquer agressão física;
- A **Violência Psicológica/Verbal**⁴, segunda forma de violência contra idosos (somente antecedida pela negligência), constitui-se por ameaças, humilhações ou intimidação, verbal ou não verbal;
- A **Violência Sexual**, na qual o agressor, sem o consentimento da vítima, abusa do poder que tem para obter gratificação sexual, induzindo ou obrigando a práticas sexuais com ou sem violência;
- A **Negligência e Abandono**⁵, na omissão de auxílio do responsável pela pessoa idosa;
- A **Violência Financeira/económica**, relacionada com a apropriação ilícita do património por familiares, profissionais ou instituições;

³ Violência Física – Exemplos: Crimes de ofensa à integridade física, maus tratos físicos, sequestro, intervenções e tratamentos médicos arbitrários (APAV, 2020).

⁴ Violência Psicológica/Verbal – Exemplos: Insultos, ameaças, humilhação, intimidação, isolamento social, proibição de atividades (APAV, 2020).

⁵ Negligência e Abandono – Exemplos: O crime de omissão de auxílio e não providenciar acesso a cuidados de saúde (APAV, 2020).



- A **Violência Doméstica**⁶, relacionada com o infligir, de forma reiterada ou não, maus tratos físicos e/ou psíquicos a pessoa particularmente indefesa, em razão da sua idade ou dependência económica, que consigo coabite.

Estas formas de violência podem acontecer de forma isolada ou conjugando mais do que uma forma de violência, simultaneamente.

2.1.5. Envelhecimento Ativo

O envelhecimento caracteriza-se por ser um processo dinâmico, progressivo e irreversível, associado a fatores psíquicos, mas também a fatores biológicos e sociais (Fechine & Trompieri, 2012), associado a uma diminuição da vitalidade e da capacidade de adaptação do organismo às mudanças, mas também a uma degradação física e funcional (Castro, 2011), que não deverá ser percecionado como um “problema mas uma parte natural do ciclo de vida, sendo desejável que constitua uma oportunidade para viver de forma saudável e autónoma o mais tempo possível” (Bernardo, 2014, p. 46).

A WHO (2002, p. 12) define envelhecimento ativo como: “o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida durante o envelhecimento”.

2.2. A Prevenção da criminalidade

A palavra prevenção, com origem no étimo latim *praeventione*, significa, segundo o Dicionário Universal de Língua Portuguesa (1995, p. 1163) um “ato ou efeito de prevenir; aviso ou opinião antecipada; precaução; cautela”.

Para Oliveira (2006, p. 79), a prevenção é definida como um “conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infrações (a sua frequência, a sua gravidade e as suas consequências”, opondo-se à repressão.

2.2.1. Segurança e Insegurança

O conceito de segurança, que etimologicamente advém do latim *securus*, significa “sem preocupações”, definindo-a como a “ausência de risco, a previsibilidade, a certeza quanto ao futuro” (Matos, 2004, p. 1).

Este conceito tem vindo a sofrer alterações fruto “dos movimentos globalizante e individualizante” (Garcia, 2006, p. 339), “abrangendo não só a segurança individual ou nacional mas sim a segurança global, motivando a redefinição dos sistemas de informações e o papel das forças e serviços de segurança” (Amaro, 2008, p. 87).

⁶ Violência Doméstica – Exemplos: Castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais (APAV, 2020).



O Instituto Português de Relações Internacionais (2006, p. 23) caracteriza a segurança como “um estado pessoal, mas simultaneamente um processo de interação social que visa assegurar a previsibilidade, a confiança, a regularidade e a ordem, como forma de combater ameaças e riscos gerados pela desordem e imprevisibilidade”.

Nye (1995) chegou mesmo a comparar a segurança ao oxigénio, evidenciando o seu carácter vital e determinante para o bem-estar individual e comunitário.

Falar de segurança apraz trazer à coação insegurança, compreendendo esta duas vertentes, a insegurança real ou objetiva e a insegurança subjetiva (Alves, 2010, p. 185). Isto acontece porque poderá se percecionada num plano material, relacionado com a realidade criminal, mas também sobre um plano psicológico, relacionada com o desenvolvimento de sentimentos de medo e de preocupações securitárias (Oliveira, 2006; Alves, 2010, p. 185).

Relacionado com o atrás mencionado, adianta-se que a imprevisibilidade e complexidade dos sistemas atuais contribui para o crescimento de uma perceção generalizada de que a globalização gera novos riscos e vulnerabilidades, geradores de sentimentos de insegurança (GRESI, 2015, p. 79).

2.2.2. Policiamento de Proximidade e Policiamento Comunitário

A transição de um modelo reativo para o aparecimento de uma nova política pública de segurança, de aproximação entre o cidadão e o Estado, está intrinsecamente ligado a um conceito que, nas últimas décadas, ganhou relevo em “todos os discursos políticos e académicos e de partes significativas dos formuladores de opinião, tanto em Portugal como na generalidade do mundo ocidental”, ao policiamento de proximidade ou comunitário (Leitão, 1999, p. 9).

Para Fonseca (2010, p. 39), os Estados têm necessidade de repensarem “as suas estruturas, funções e novos conceitos de segurança que satisfaçam as necessidades dos cidadãos”. A atividade de prevenção criminal deverá ser entendida como o “instrumento utilizado pelo Estado para melhor dominar a criminalidade por via da eliminação ou limitação dos fatores criminógenos e pela adequada gestão dos fatores do ambiente físico e social que propiciam ocasiões favoráveis à perpetração de delitos” (Rodrigues, 2008, p. 201).

Em 1995, o termo “proximidade” surge na terminologia policial na sequência de discursos políticos, quando o Ministro da Administração Interna (MAI), no âmbito de um programa de modernização, apresenta as cinco grandes ideias chave, designadamente “profissionalismo, civismo, transparência, proximidade e orientação para os problemas concretos dos cidadãos” (Moleirinho, 2009, p. 33).



A proximidade da Administração Pública tem como objetivo a consolidação da relação com as pessoas, através do direccionamento e abertura para os cidadãos (Mozzicafreddo & Gomes, 2001), sendo que esta proximidade entre as FS e a população manifesta-se não só na visibilidade das forças policiais, mas também no “conhecimento e no diálogo contínuo com o cidadão” (Alves, 2007, p. 7), sendo necessária a recetividade da população destinatária (Lisboa & Dias, 2008).

Já o policiamento comunitário retrata uma proatividade por parte das FS, designadamente na prevenção de crimes e aproximação às populações, “para que em conjunto possam encontrar uma resposta diferente aos problemas do cidadão e aos fenómenos que são potenciadores de lhe provocarem sentimentos de insegurança” (Trojanowicz & Buquereaux, 1994, p. 25).

Oliveira (2006, p. 116) define o policiamento comunitário como sendo “uma estratégia, de natureza essencialmente proactiva, que se apoia no trabalho em parceria e que tem por objetivo, através da presença dos elementos policiais sobre o terreno, obter a corresponsabilização de todos os atores (formais e informais) nas tarefas de segurança”. Trojanowicz e Carter (1988, p. 2) caracteriza-o para estabelecer boas relações entre a polícia e a comunidade e o envolvimento da mesma no combate à criminalidade.

2.2.3. Responsabilidade Social

Segundo Srour (1998, p. 295), “a responsabilidade social remete para a constituição de uma cidadania organizacional no âmbito interno da empresa e para a implementação de direitos sociais no âmbito externo”.

Mais recentemente, Santos, Silva, Henriques e Eusébio (2005) defendem que a responsabilidade social influi numa lógica social que incorpora duas componentes, uma interna, relacionada com as ações na ótica de gestão dos recursos humanos e uma externa, com ações dirigidas para a sociedade circundante.

Na dimensão social externa integram-se “práticas destinadas aos agentes externos da empresa, incluindo a comunidade local” (Rocha, et al., 2014, p. 143), como patrocínios e donativos, o chamado “emprego solidário”, estabelecimento de parcerias, a cooperação ou a coesão social (Santos, et al., 2006; Copeto, 2011a).

2.2.4. Comunidade

Etimologicamente, a expressão comunidade deriva do termo latim *communitate* que, segundo o Dicionário Universal da Língua Portuguesa (1995, p. 389), significa “qualidade



do que é comum (...); sociedade; grupo de organismos que partilham o mesmo meio ambiente e interoperam”.

Assim, se depreende que o fenómeno da globalização permitiu a evolução do conceito, pelo que a “comunidade nem sempre corresponde a uma área, localização ou bairro; várias vezes refere-se apenas a um grupo de pessoas unidas por interesses comuns tais como uma comunidade escolar ou uma comunidade religiosa” (Trojanowicz, et al., 1998, p. 62).

Conforme Lopes (2013), as relações humanas nas sociedades contemporâneas têm-se caracterizado pela impessoalidade e distanciamento, fruto da evolução da sociedade e da criação de grandes aglomerados populacionais. Assim, a confiança, que era apanágio nos grupos mais tradicionais, contrasta com o isolamento e o individualismo. Nesta medida, Oliveira (2006), menciona que a proximidade minimiza o afastamento entre o Estado e a população, facilitando a coesão social e a eficácia policial.

2.2.5. Parcerias

As FS, numa ótica de responsabilidade social e orientando a sua atividade para o cidadão, relacionam-se com as instituições sociais que a rodeiam, estabelecendo parcerias que convergem num objetivo comum.

As parcerias surgiram no sentido de colmatar as necessidades dos idosos, decorrentes da falta de interação entre a população e o Estado, criando pontes entre os diferentes organismos, com áreas de responsabilidade diferentes.

Nesta sequência e decorrente da atividade policial, sendo que a segurança está relacionada igualmente com a qualidade de vida da comunidade, as parcerias incidiram na deteção e estudo dos problemas e, posteriormente, desenvolvidas estratégias a nível local (MAI, 2000).

As parcerias têm génese iminentemente preventivas, quer seja através da sinalização e encaminhamento dos problemas da comunidade, quer seja através da participação da comunidade no solucionar dos problemas (Mottiar & White, 2003) e têm como objetivo primordial apoiar o cidadão, que incluem situações que não estão diretamente ligadas à segurança, numa vertente de estreita cooperação com os diversos organismos sociais, responsáveis pelas áreas da pobreza, do desemprego, do ensino público e formação profissional, da melhoria de habitações e da saúde pública (Bolle, 1998, p. 412; Miller, et al., 2011, p. 184).

Nesta medida, e de forma a compreender as “interconexões e inter-relações, as imbricações de uma sociedade multicultural” (Elias, 2007, p. 30) é determinante a adoção

de um policiamento comunitário “que apela cada vez mais à contratualização, de parcerias com outros atores” (Gomes, 2001, p. 3).

2.3. A Avaliação do Impacto

Avaliar é uma condição indispensável à gestão de projetos, na medida em que fornece dados para a materialização da efetiva verificação das estratégias seguidas, do seu impacto e da melhoria contínua (Fabiani, et al., s.d., p. 4).

O impacto resulta no efeito diretamente responsável por uma determinada ação, ou a resultante de um determinado esforço orientado para um fim (Fabiani, et al., s.d., p. 5). Em contexto de programas ou projetos, o impacto é simplesmente o conjunto de mudanças produzidas por uma intervenção (Fabiani, et al., s.d., p. 5).

Avaliar o impacto de uma determinada intervenção não se limita à constatação do que aconteceu, mas igualmente verificar porque é que aconteceu. Determinando-se os efeitos de uma intervenção, a avaliação do impacto contribui diretamente para a responsabilização e prestação de contas, tanto ascendente como descendente, assegurando desta forma justificação de que as intervenções são eficazes (MNE, 2013, p. 6).

Um aspeto determinante na avaliação do impacto caracteriza-se na busca de elementos que possibilitam estabelecer uma relação de causa e efeito entre a intervenção e seus impactos (Fabiani, et al., s.d., p. 5; Martinez, et al., 2015, p. 8; MNE, 2013, p. 9), consubstanciando-se no último dado da designada cadeia de resultados.



Figura 4 - Cadeia de Resultados

Fonte: (MNE, 2013, p. 6)

Este é um processo posterior ao acompanhamento do projeto, preocupando-se com a relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade da intervenção (MNE, 2014).

O impacto de um projeto consiste nos efeitos resultantes da implementação dessa intervenção, delimitado num determinado local, ao nível dos indicadores mensuráveis tais como os sociais, económicos, ambientais, entre outros, onde se incluem alterações comportamentais nos beneficiários finais (MNE, 2013, p. 6).

A avaliação do impacto encerra um aspeto fundamental nas políticas institucionais. Numa operação com a abrangência dos Censos Sénior, obrigatoriamente tem de se analisar o impacto resultante dos inúmeros contactos e sensibilizações que ocorrem direcionadas para a população idosa.



3. Retrato da violência e criminalidade contra idosos, em Portugal

Em 2011, ano em que surgiu a operação Censos Sénior, a criminalidade contra idosos participada às FS, correspondiam a cerca de 6,5% da totalidade de crimes (26.465 em 405.288) (DGAI, 2013, p. 80).

Segundo Valente (2013, p. 47), a “falta de conhecimentos e de informação ou o medo dos procedimentos corretos a seguir”, suscitam nas pessoas idosas vítimas de crime, constrangimento na denúncia dos crimes. Esclarece a APAV, citada pela TSF (2019) que aumentos de casos “não significa automaticamente mais crime ou situações de violência, pode significar também que existe um aumento da sensibilização para a temática e uma maior visibilidade do fenómeno”. Esclarece a mesma instituição, ainda citada pela TSF (TSF, 2019), que o caminho passa por “sensibilizar a população em geral, sensibilizar as pessoas idosas para saberem exatamente que tipo de situações podem enquadrar como violência ou crime, sensibilizar e formar os profissionais que cuidam das pessoas idosas”.

Também Oliveira (2010), argumenta que a criminalidade contra os idosos sempre foi um desafio complexo, no qual se esbarra no silêncio da vítima e vergonha (Costa, 2007; TSF, 2019). Esta relutância poderá também acontecer pela proximidade do agressor, designadamente ser familiar ou cuidador, constituindo-se assim um fenómeno social, em que só muito recentemente a sociedade se está consciencializar (Valente, 2013).

A menor capacidade física por parte da comunidade idosa, para Valente (2013), materializa-se numa incapacidade de responder de forma eficaz a um agressor, tornando-os alvos fáceis, percecionados como menos resistentes. Este fator, associado a um nível de escolaridade baixo, poderá aumentar ainda mais a vulnerabilidade (Costa, 2007).

Uma progressiva e gradual perda de autonomia e de eventual interação social induzem os idosos ao isolamento social e à dependência de terceiros, que poderão aumentar a suscetibilidade à prática de crimes ou formas de violência (Valente, 2013, p. 47).

A elevada prevalência de baixos rendimentos contribui, significativamente, para uma eventual vulnerabilidade financeira, potenciando a ocorrência de crimes e/ou incapacidade de investir em medidas de segurança (Valente, 2013).

Na mesma linha, o acesso à informação parece ter uma dupla incidência, constituindo-se como a única companhia face ao isolamento, mas também poderá aumentar o sentimento de insegurança, decorrente das notícias de crimes e violência durante todo o dia (Simão, 2009).



Um estudo sobre violência psicológica contra as pessoas idosas, que apesar de fugir ao padrão utilizado pois utiliza uma amostra de pessoas acima de 60 anos, em detrimento dos 65 anos definidos, tem informação pertinente para a presente investigação, concluindo que 13% dos idosos sofrem ameaças de algum género, agressões verbais, insultos ou humilhações (Santos, 2018).

Para melhor perceber a criminalidade contra idosos em Portugal, apraz trazer ao estudo dados da APAV (APAV, 2019a), que analisaram a realidade 2013-2018, concluindo que ocorreram um total de 12.815 crimes, salientando-se a violência doméstica com 10.188 casos, crimes contra as pessoas com 1.932 casos e crimes contra o património com 598 casos. Segundo a mesma estatística (APAV, 2019a), destaca-se:

- Maior prevalência de vítimas entre 65-69 anos de idade (cerca de 28%);
- Prevalência da vítima do sexo feminino (4.328 vítimas contra 1.154 do sexo masculino);
- Prevalência de casos não denunciados, com 2.991 casos contra 1.979 denunciados.

Salientam-se ainda duas efemérides celebradas anualmente, associadas à temática, concretamente o 15 de junho - Dia Mundial de Sensibilização para o Combate à Violência contra as Pessoas Idosas, reconhecendo “que a violência contra as pessoas idosas é uma questão social, de segurança e de saúde pública” (APAV, 2018) e o 1 de outubro - Dia Internacional do Idoso, no qual se visa sensibilizar a sociedade para as questões do envelhecimento e cuidado da população idosa (APAV, 2019b).

A APAV, citada pelo Jornal Público (2019), menciona que “o combate eficaz deste problema contribui para um futuro mais inclusivo, em que todos sejam respeitados em cada ciclo da vida, nomeadamente no contexto de um envelhecimento ativo e saudável”.

Atento à realidade dos números descritos, que evidenciam bem a problemática associada ao fenómeno da violência contra idosos, importa analisar a instituição GNR, designadamente no desenvolvimento de modelos de policiamento próximos dos cidadãos, procurando responder aos problemas da comunidade idosa em concreto e que culminou na implementação da operação Censos Sénior.



4. A Guarda Nacional Republicana – Uma força Humana, Próxima e de Confiança

O termo polícia, etimologicamente, com origem na Grécia antiga e conectado à palavra grega *polis*, “começou por querer significar a organização política da comunidade e o estatuto dos respetivos membros” (Dias, 2012, p. 67).

No início deste século, resultado das mudanças sociais, surge um novo paradigma da segurança em Portugal - a governance da segurança, em que a responsabilidade não é exclusiva da polícia, mas também dos cidadãos, que devem ser envolvidos no processo (Moleirinho, 2009; Silva, 2010, p. 10) .

A intervenção das FS na proteção dos direitos dos cidadãos está dependente da adequação de modelos de policiamento orientados para os atuais desafios e exigências da sociedade, demonstrando que “os sistemas policiais não são estáticos, tendem a acompanhar as mudanças sociais e políticas” (Vasco, 2014, p. 18).

A prevenção de problemas complexos, como o crime e o sentimento de insegurança, exige das instituições mudanças, optando-se por uma proximidade ao cidadão, promovendo a prevenção e o sentimento de segurança, consubstanciando-se esta aproximação ao modelo de policiamento de proximidade e comunitário da GNR⁷, das demais entidades da sociedade e das comunidades (Oliveira, 2006; Valente, 2002).

A GNR, com cerca de 94% do território nacional à sua responsabilidade e 53,8% da população, é uma força de segurança, de natureza militar, vocacionada para atuar num largo espectro de prevenção e conflitualidade, serve a população de forma próxima, legitimando-se assim através da confiança depositada pelas populações (GNR, 2015).

Os Programas Especiais de Policiamento de Proximidade (PEPP)⁸, que tiveram o programa Escola Segura como pioneiro, (Copeto, 2011a), serviram de mote para uma preocupação acrescida com os idosos isolados ou vulneráveis (Simão, 2009), implementando-se o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança.

Para além dos já referidos programas, existem outros de iniciativa ministerial como o “Táxi Seguro”, “Transporte Seguro de Tabaco”, e “Farmácia Segura”, de iniciativa da própria GNR como o “Projeto Investigação e Apoio a Vítima Específica, o “Projeto Residência Segura”, “Programa de Apoio a Pessoas Deficientes”, “Programa de Apoio a Migrantes”, “Programa Turismo Seguro” “Programa Universidade Segura” e a “Operação

⁷ Estratégia da Guarda 2020 - Uma Estratégia de Futuro (GNR, 2015).

⁸ Vide sítio dos Programas da GNR na Internet - https://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx.



Azeitona Segura”, sendo que existem também alguns de iniciativa de outras entidades, como é o caso dos programas “Igreja Segura-Igreja Aberta” e o “Azulejo Seguro” (Copeto, 2011a).

Em termos de adaptação interna em função do contexto externo, em 2009 ocorreu uma reestruturação introduzida pela nova Lei Orgânica da GNR⁹, aprovada pela Decreto-Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro.

Assim, em termos de estrutura de policiamento comunitário existe uma Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (RPC) no Comando-Geral e, nos Destacamentos Territoriais, as Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC), que incluem o Núcleo Escola Segura (NES), o Núcleo Idosos em Segurança (NIS) e o Núcleo Comércio Seguro (NCS) (Copeto, 2011a).

A atividade de policiamento comunitário na GNR está presentemente regulada pela NEP/GNR n.º 3.58¹⁰, de dezembro 2017, e empenha nas SPC 357 militares (GNR, 2020b).

Também não parece despiciente enaltecer o esforço da GNR para melhorar a qualidade do acompanhamento no âmbito do policiamento comunitário, e da operação Censos Sénior em particular. O Curso de Prevenção Criminal, Policiamento Comunitário e Direitos Humanos, que se consubstancia num curso de especialização, toca entre as mais diversas temáticas os direitos humanos, a prevenção de crimes e o contato especializado com a comunidade idosa. Presentemente decorreram três edições e formados 90 militares (GNR, 2020b).

A GNR, enquanto FS com o seu foco nas “Pessoas” e orientando a sua “Visão” para a afirmação indubitável como força humana, próxima e de confiança, tem vindo a incrementar novas estratégias de policiamento, orientado para comunidades específicas, onde se inclui a comunidade idosa (2015, p. 3).

⁹ Decreto-Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro (2007). *Aprova a Orgânica da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República. 1.ª Série, 213, 8043-8051. Lisboa: Assembleia da República.

¹⁰ NEP/GNR 3.58, de dezembro (2017). *Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

CENTRO DE GRAVIDADE ESTRATÉGICO DA GUARDA 2025

Considerando a missão geral, a sua natureza militar, competências e atribuições legais, o Centro de Gravidade Estratégico (CoG) da Guarda são as "Pessoas", entidades internas e externas, cuja segurança, proteção e apoio constituem o core da missão e do quotidiano da Instituição.

O CoG Estratégico da Guarda incorpora os cidadãos em geral e as pessoas (militares e civis) que constituem o efetivo da Guarda, os movimentos (deslocações), particularmente na rede viária e fronteira marítima, e as Instituições Democráticas.

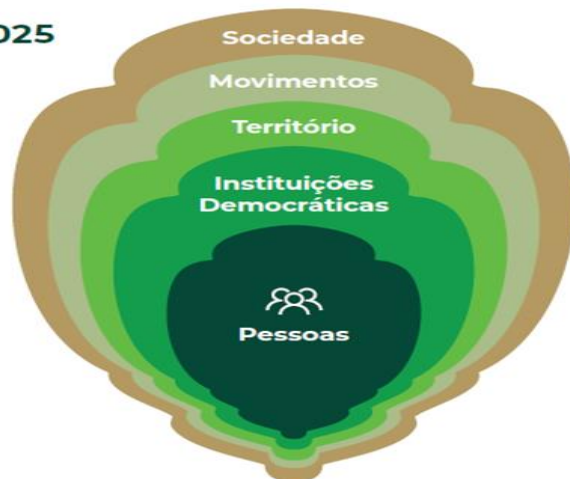


Figura 5 - Centro de Gravidade da GNR ("Pessoas")

Fonte: (GNR, 2020a)

Dadas as atribuições da GNR, face à necessidade de uma resposta eficaz às reais necessidades do cidadão, os serviços devem questionar-se da validade do que fazem, a relação custo/benefício, a oportunidade do que produzem e as potencialidades de que dispõem para a realização de novos produtos (GNR, 2018a, p. 32).

Como tal, foi imperativo que a instituição estivesse também atenta aos sinais dados pelas comunidades locais, às verdadeiras necessidades de segurança das mesmas e que ditaram e ditam o direcionamento do empenhamento da Guarda (Copeto, 2011a).

Com os dados da criminalidade contra idosos e os Censos 2011¹¹, realizados pelo INE, a perceção do fenómeno do aumento da população idosa despoletou a necessária adoção pela GNR de uma estratégia orientada para esta comunidade – a operação Censos Sénior.

A necessidade de proteção dos idosos é reforçada pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 63/2015¹², que aprovou a Estratégia de Proteção ao Idoso, e a Resolução 46/91 das Nações Unidas, que recomendou os princípios das Nações Unidas para as pessoas Idosas¹³.

A premência de recursos a um modelo de policiamento diferente, eficaz e preventivo, tornou-se emergente na manutenção da paz em sociedade (Vasco, 2014, p. 6). Este foi o mote que levou a GNR a adaptar-se, orientando os seus modelos de policiamento e a

¹¹ Disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros.

¹² Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2015, de 13 de agosto (2015). *Aprova a Estratégia de Proteção ao Idoso*. Lisboa: Assembleia da República.

¹³ Resolução de Conselho de Ministros N.º 63/2015, 13 de agosto de 2015. Resolução n.º 46/91, de 16 de dezembro (1991). *Princípios das Nações Unidas para as pessoas Idosas*. Assembleia Geral das Nações Unidas.



atividade realizada para os problemas concretos do público alvo, um dos quais relacionados com a sua segurança, com a tónica na minoração e prevenção na ocorrência de crimes, em concreto da comunidade idosa, daí a notoriedade e singularidade da operação Censos Sénior por si desenvolvida.



5. Operação Censos Sénior, desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana

Decorrente da mudança social e criminal em Portugal nas últimas décadas, sentiu-se a necessidade de repensar a questão da segurança (Simão, 2009) e a necessidade da criação de políticas que garantam “ (...) os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e na medida do estritamente necessário” (Lopes, 2006, p. 87).

Considerando que “envelhecer bem é um processo heterogéneo e diferenciado, na medida em que cada um(a) vive em contextos físicos, sociais e humanos diferentes e é portador(a) de vivências e projetos de vida idiossincráticos” (Chau, et al., 2012, p. 18; Fernandes & Botelho, 2007), a GNR, através dos seus PEPP, tem desenvolvido atividades de cunho marcadamente social e de direitos humanos, em parceria com outras instituições de apoio social locais, com o objetivo de proteger as vítimas mais vulneráveis (Copeto, 2011a).

Com este desenvolvimento da sociedade, associado a uma realidade criminal em 2011 em que, em média, cerca de 2 em cada 1.000 idosos eram vítimas de um crime violento e grave e, em média, cerca de 5 em cada 1.000 idosos eram vítima de um crime ocorrido na rua ou no espaço público (DGAI, 2013, p. 144), a GNR desenvolveu a operação Censos Sénior, que tem como principal objetivo fazer a georreferenciação e o levantamento do número de idosos que vivem isolados e/ou em situações de isolamento, abrangendo todo o território nacional (GNR, 2020b).

Esta georreferenciação permite direcionar o esforço do patrulhamento e a melhoria da capacidade de resposta, com eficácia, às solicitações dos cidadãos idosos em situação de maior vulnerabilidade (GNR, 2020b).



Figura 6 - Cartaz com conselhos de segurança divulgado pela GNR

Fonte: (GNR, 2020b)

Entre 2011 e 2019, a GNR na operação Censos Sénior realizou a sinalização dos seguintes idosos vulneráveis (GNR, 2020b):

- 2011, com 15.596 idosos sinalizados;
- 2012, com 23.001 idosos sinalizados;
- 2013, com 28.197 idosos sinalizados;
- 2014, com 33.963 idosos sinalizados;
- 2015, com 39.216 idosos sinalizados;
- 2016, com 43.322 idosos sinalizados;
- 2017, com 45.516 idosos sinalizados;
- 2018, com 45.563 idosos sinalizados;
- 2019, com 41.868 idosos sinalizados.

No âmbito da interação e identificação dos idosos no âmbito da operação, é facultado um contato telefónico móvel direto para a SPC que policia a sua residência especificamente e que sinalizou, de forma a facilitar o contacto entre o idoso e a GNR (GNR, 2018b) e é distribuído um cartão magnético, designado “Cartão Sénior”, onde o idoso poderá acrescentar, o contato telefónico que foi cedido, para alguma necessidade ou esclarecimento (GNR, 2020b).



Figura 7 - “Cartão Sênior”, cedido pela GNR no âmbito da operação Censos Sênior

Fonte: (GNR, 2020b)

De forma complementar, a operação Censos Sênior tem dois importantes objetivos, o de prevenção de crimes e o de apoio social.

Relativamente à prevenção criminal, a GNR promove ações de sensibilização, alertando e dando conselhos de segurança para a necessidade de adotar comportamentos preventivos relativamente aos crimes de que mais frequentes, nomeadamente burlas, furtos e roubos (GNR, 2020b). Constituem-se temáticas das ações de sensibilização realizadas a prevenção de crimes, a violência, prevenção rodoviária e mobilidade, os direitos humanos, a Internet segura, a cidadania e não-discriminação, a redução de comportamentos aditivos e das dependências, a educação ambiental, a segurança nos transportes públicos, a segurança na residência, o tráfico de seres humanos e o furto de materiais não perigosos, entre outras (GNR, 2020b).



Figura 8 - Folheto tripartido sobre Conselhos de Segurança, entregue a idosos

Fonte: (GNR, 2020b)



Outro objetivo da operação Censos Sénior é o apoio social em situações potencialmente mais graves, sejam elas de caráter sanitário, de higiene, ou outras, encaminhando para instituições com responsabilidade na área da necessidade identificada, de forma a promover a sua supressão (GNR, 2020b).



Figura 9 - Residência de idoso sinalizado a outras instituições

Fonte: (GNR, 2020b)

Neste âmbito salienta-se o papel e importância das parcerias, na medida em que têm sido fundamentais para solucionar de uma forma célere os problemas dos idosos, salientando como entidades parceiras para este objetivo as Autarquias, as Juntas de Freguesia, os Centros de Saúde, a Microsoft Portugal, a Fundação PT, os CTT, as Paróquias, os Lares de Idosos, os estabelecimentos de Ensino/Creches/ATL's, os Centros de Dia, as Universidades de Terceira Idade e outras com responsabilidades na área dos idosos (GNR, 2020b).



Figura 10 - Idoso após sinalização da GNR e intervenção de parceiros

Fonte: (GNR, 2020b)

Em estreita articulação com a operação Censos Sénior, a GNR desenvolve outros projetos complementares, como o projeto “Gerações de Mãos Dadas”. Este projeto centra-se na realização de ações e na partilha de experiências e saberes entre jovens do 1º ciclo e idosos, em que realizam atividades ou se deslocam aos locais isolados onde estes residem, acompanhados por militares, sensibilizando-os para cuidados com a saúde e a segurança, ao mesmo tempo que se procura atribuir responsabilidades e competências aos jovens, contribuindo para a construção de um cidadão mais consciente e sensível para a problemática do isolamento e solidão dos idosos. Por outro lado, promove-se na comunidade idosa o contato social, a informação e atividades que combatem a solidão, o sedentarismo e promovem o envelhecimento ativo (GNR, 2015a, p. 88).



Figura 11 - Ação sensibilização no âmbito “Gerações de Mãos Dadas”

Fonte: (GNR, 2020b)

Outro projeto complementar também desenvolvido decorre da parceria com a Microsoft. Devido às novas tecnologias e às novas ameaças no ciberespaço, a GNR sensibiliza para a temática “Internet Segura”, visando a criação de um ciberespaço mais seguro e livre, alertando para os riscos na utilização da internet, contribuindo para que tornem a Internet um espaço ativo de “Cidadania Digital” (GNR, 2018b).



Figura 12 - Cartaz Internet Segura

Fonte: (GNR, 2020b)

A operação Censos Sênior, é concorrente para a atribuição de prémios na proteção dos direitos humanos e da população mais vulnerável e desfavorecida. Destes salienta-se o Prémio de Direitos Humanos do Rei de Espanha, para a “Boa Prática” neste domínio, ombreando com práticas internacionais de reconhecido valor (GNR, 2015a, p. 89).

A operação Censos Sênior revelou-se de elevado reconhecimento público, com grande projeção mediática. Nesta medida é intenção que, ao trazer o debate e a reflexão em torno desta problemática, se despertem consciências e se atue iminentemente ao nível da prevenção, para que “num futuro próximo, casos de idosos a viver em situações de exclusão sejam apenas imagens do passado” (Martins, 2008, p. 7).



6. Metodologia, percurso e instrumentos metodológicos de análise

6.1. Resumo da metodologia

Numa posição epistemológica face ao objeto em estudo, seguiu-se uma metodologia de raciocínio dedutivo e estratégia de investigação do tipo misto, considerando a complexidade e subjetividade do tema (Santos & Lima, 2019, pp. 13-31).

O desenho de pesquisa selecionado foi transversal porquanto pressupõe “a recolha de dados de mais de um caso, num determinado instante de tempo, de forma a coligir dados quantitativos ou qualitativos (...) que após a sua análise permitem detetar padrões, estabelecendo a variação” (Santos & Lima, 2019, p. 33).

A recolha de dados foi efetuada através de uma análise documental detalhada nas várias obras de referência, artigos científicos, legislação, entre outras fontes de onde se destaca o Comando Operacional da GNR que disponibilizou a estatística criminal de crimes denunciados na sua área de responsabilidade, entre 2013 e 2019, e informação sobre a operação Censos Sénior, bem como as entrevistas efetuadas a entidades consideradas relevantes da instituição e que tiveram contato de perto com a realidade da proximidade da GNR e a comunidade idosa em concreto, porquanto chefiaram a Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário da GNR.

6.2. Percurso e instrumentos metodológicos

O percurso metodológico seguido foi o preconizado pelo IUM, concretamente uma fase exploratória, uma analítica e uma conclusiva (Santos & Lima, 2019).

Durante a fase exploratória, através de pesquisa documental, procedeu-se ao enquadramento conceptual do objeto de estudo, possibilitando a formulação do problema de investigação e a definição dos objetivos, culminando no modelo de análise¹⁴ e desenvolvimento do primeiro capítulo onde se elaborou um enquadramento concetual do tema (Santos & Lima, 2019, pp. 41-87).

A fase analítica, orientada para a recolha e análise de dados (Santos & Lima, 2019, pp. 88-139) permitiu responder às questões formuladas. No segundo capítulo é analisada a evolução da criminalidade contra idosos em Portugal, no terceiro capítulo é analisado o policiamento comunitário da GNR, no quarto capítulo é analisado o desenvolvimento da operação Censos Sénior, entre 2011-2019, no quinto capítulo descreve-se a metodologia, o percurso e instrumentos metodológicos e no sexto capítulo são apresentados os dados recolhidos e análise dos mesmos.

¹⁴ Cfr Apêndice A.



Por fim, na fase conclusiva, que materializa os resultados da fase analítica, procedeu-se à síntese do conhecimento alcançado através das respostas às QD, mas fundamentalmente à QC, terminando com as limitações e recomendações/sugestões para estudos futuros no âmbito do objeto de estudo deste trabalho (Santos & Lima, 2019, pp. 140-153).



7. Apresentação e análise de resultados

No presente TII, de forma a aferir a perspetiva interna da GNR relativamente ao impacto da operação Censos Sênior, definiu-se como abordagem metodológica a análise da informação disponibilizada pelo Comando Operacional da GNR, relativa à criminalidade contra idosos, em concreto na sua área de responsabilidade, entre 2013-2019¹⁵. A análise foi complementada com a realização de entrevistas semiestruturadas a entidades que tiveram contato com a realidade dos idosos e a intervenção da GNR. Neste sentido elaborou-se um guião da entrevista¹⁶ que se executou, conforme plano de entrevistas que se descreve¹⁷.

Relativamente à estatística criminal de crimes contra idosos 2013-2019, na área de responsabilidade da GNR, importa salientar que foram registados 92.418 crimes (9% entre 1.038.022 crimes), que culminaram em 89.887 vítimas (53.669 do sexo masculino e 36.214 do sexo feminino) (GNR, 2020c).

Em 2011, ano em que surgiu a operação Censos Sênior, segundo a DGAI (2013, p. 80), a criminalidade contra idosos correspondia a 6,5% enquanto que entre 2013-2019, na área da GNR, correspondeu a cerca de 9%, verificando-se um ligeiro aumento. Também o fator referente ao sexo das vítimas contrasta com a realidade pronunciada no relatório da APAV (2019a), que mencionava uma predominância de vítimas do sexo feminino.

A realidade criminal contra idosos na área da GNR foi sistematizada no quadro abaixo, por anos, do total de crimes que ocorreram, total de vítimas, a faixa etária com maior incidência, divididas entre os 65-74 anos, os 75-84 anos e mais de 85 anos e os crimes com maior incidência (selecionaram-se os três crimes com maior incidência por ano).

Tabela 1 – Dados de Criminalidade contra Idosos entre 2013-2019, registada pela GNR

Ano	Crimes	Vítimas	Faixa Etária com maior Incidência	Crimes registados com maior Incidência
2013	13.461	12.658	65-74 (7471 vítimas - 58%)	Furto em Residência, Com Arrombamento, Escalamento ou Chave Falsa (2095 casos - 17%)
				Outros Danos (984 casos - 8%)
				Ofensa à Integridade Física Voluntária Simples (884 casos - 7%)
2014	13.040	12.863	65-74 (7471 vítimas - 59%)	Furto em Residência, Com Arrombamento, Escalamento ou Chave Falsa (1904 casos - 15%)
				Outros Danos (1050 casos - 8%)
				Omissão de Auxílio (955 - 7%)
2015	12.823	12.117	65-74 (7020 vítimas - 59%)	Furto em Residência, Com Arrombamento, Escalamento ou Chave Falsa (1685 casos - 15%)
				Outros Danos (1080 casos - 9%)

¹⁵ Vide Apêndice B, com a descrição da tipologia de todos os crimes registados pela GNR, entre 2013-2018, contra idosos.

¹⁶ Cfr Apêndice C.

¹⁷ Entrevistados melhor identificados Cfr. Apêndice D.



				Ofensa à Integridade Física Voluntária Simples (874 casos - 7%)
2016	11.946	10.996	65-74 (6383 vítimas - 58%)	Furto em Residência, Com Arrombamento, Escalamento ou Chave Falsa (1589 casos - 14%)
				Outros Danos (1095 casos - 10%)
				Ofensa à Integridade Física Voluntária Simples (920 casos - 8%)
2017	12.338	11.454	65-74 (6711 vítimas - 59%)	Furto em Residência, Com Arrombamento, Escalamento ou Chave Falsa (1332 casos - 12%)
				Ofensa à Integridade Física Voluntária Simples (1091 casos - 10%)
				Outros Danos (1084 casos - 9%)
2018	10.369	10.219	65-74 (5629 vítimas - 55%)	Furto em Residência, Com Arrombamento, Escalamento ou Chave Falsa (1161 casos - 11%)
				Outros Danos (967 casos - 9%)
				Ofensa à Integridade Física Voluntária Simples (817 casos - 8%)
2019	18.441	19.580	65-74 (11.681 vítimas - 60%)	Furto em Residência, Com Arrombamento, Escalamento ou Chave Falsa (1891 casos - 10%)
				Outros Danos (1749 casos - 9%)
				Ofensa à Integridade Física Voluntária Simples (1331 casos - 7%)

Fonte: Autor, adaptado de (GNR, 2020c)

Dos dados fornecidos pela GNR (2020c), tem-se verificado uma diminuição quase progressiva dos crimes contra idosos, registando-se um ligeiro aumento em 2017, e um aumento expressivo em 2019, de mais 8.072 ocorrências e 9.361 vítimas, comparativamente ao ano anterior, o que evidencia uma necessidade premente de continuidade de intervenção no âmbito do projeto. Tal constatação parece contrastar com discursos pessimistas de um aumento progressivo da criminalidade contra idosos porquanto, apesar de um aumento significativo constatado no último ano, a tendência anual desde 2013 é de uma diminuição progressiva quer de ocorrências, quer de vítimas.

Fazendo uma abordagem fria, hoje há mais crimes e vítimas do que em 2013. A APAV, citada pela TSF (2019), salienta que um aumento de casos e vítimas, não é um fator determinante pois poderá resultar da ação das FS e maior visibilidade do fenómeno, não resultando num aumento automático da criminalidade.

Analisada a faixa etária das vítimas, observa-se uma prevalência da faixa etária 65-74 anos em todos os anos, estando em sintonia com a análise nacional da APAV (2019a) (embora entre 65-69 anos), que enfatiza a vulnerabilidade nos primeiros anos da fase idosa.

Analisando os crimes com maior incidência sobre idosos, foram recorrentemente o Furto em Residência (Com Arrombamento, Escalamento ou Chave Falsa), o Dano, a Ofensa à Integridade Física Voluntária Simples e, em 2014, a Omissão de Auxílio, com percentagens entre 17% e 7% da criminalidade registada¹⁸. Este é um fator determinante pois

¹⁸ Cfr. Tabela 1.



os crimes registados encaixam nas temáticas das ações de sensibilização aos idosos, sendo alertados dos riscos, da prevenção e do que deverão fazer aquando da ocorrência do crime¹⁹.

Um crime que não consta do quadro analisado, mas que apraz analisar, é o crime de burla. Com uma expressão de cerca de 5% da criminalidade contra idosos registada (4.338 casos entre 2013-2019) (GNR, 2020c), este é um fenómeno criminal particularmente analisado, dado ser vulgarmente utilizado como preocupante em discursos sobre a problemática de criminalidade contra idosos e que deverá gerar cuidado na sensibilização aos idosos. O crime de burla é um tipo de crime que, não figurando nos mais recorrentes, registou sempre valores acima das 500 ocorrências por ano entre 2013 e 2018, sendo que em 2019 registaram-se 973 casos (GNR, 2020c). Ora, não sendo preocupante, alerta para a necessidade do trabalho contínuo sobre esta temática.

Relativamente à análise de dados respeitante às entrevistas, decorreu da análise por questão, que, por sua vez, foi sendo complementada com informação anteriormente apresentada, nomeadamente a estatística criminal.

Tabela 2 - Informação identificativa dos entrevistados

Designação	Identificação	Contato com a Operação Censos Sénior	Data da Entrevista
E1	Tenente-Coronel Rogério Copeto	Antigo Chefe da RPC/GNR	21/04/2020
E2	Tenente-Coronel António Gomes	Antigo Chefe da RPC/GNR	22/04/2020
E3	Tenente-Coronel Paulo Poiares	Antigo Chefe da RPC/GNR	26/04/2020
E4	Capitão Andreia Vieira	Atual Chefe da RPC/GNR	21/04/2020

Fonte: (Autor, 2020)

Da amostra de entidades selecionadas para a realização das entrevistas, todas responderam com sucesso, obtendo-se um total de quatro entrevistas.

Através da análise de conteúdos e partindo-se de uma grelha de respostas transcritas por questão²⁰ (Q), seguiram-se as etapas do processo, especificamente: transcrição, leitura, construção de sinopses, análise descritiva e análise interpretativa (Santos & Lima, 2019).

¹⁹ Vide Capítulo 4, referente às temáticas das ações de sensibilização a idosos, no âmbito da operação Censos Sénior.

²⁰ Cfr. Apêndices E, F, G, H, I, J e K.



Os resultados obtidos foram organizados por questão e orientados de acordo com os OE identificados no presente trabalho, possibilitando complementar o tema em estudo.

Tabela 3 - Resumo das respostas à questão n.º 1

Questão 1 – - No âmbito da Operação Censos Sénior são realizadas inúmeras ações de sensibilização, sobre várias temáticas. Considera que as ações de sensibilização desenvolvidas pela GNR para a comunidade idosa, no âmbito da Operação Censos Sénior, estão orientadas de forma a dar resposta aos problemas criminais da sociedade atual?	
ENTREVISTADO	EXCERTOS DA ENTREVISTA
E1	– R: “Sim, (...) realizando ações de sensibilização e informação sobre os procedimentos de segurança a observar em situações de maus-tratos, assalto ou burla.”
E2	– R: “(...) garantir as condições de segurança (...) das pessoas idosas (...), julgo que desta forma estaremos a contribuir decisivamente para dar resposta (...).”
E3	– R: “Sim, (...) estão orientadas para (...) a mudança de comportamentos, que contribuem para reduzir a probabilidade de se tornarem vítimas, e a assim prevenir e reduzir os índices de criminalidade e aumentar o sentimento de segurança. No entanto, (...) pela idade e experiência de vida têm já dificuldades a mudar certas rotinas.”
E4	– R: “Sim, as temáticas abordadas (...) remontam à realidade atual, (...) a fim de os aconselhar sobre procedimentos de segurança, nomeadamente em situações de burla, contos do vigário e furto em residências, por forma a potenciar o sentimento de segurança (...).”

Fonte: (Autor, 2020)

Nas respostas à Q1, verifica-se que todos os entrevistados percecionam que as ações de sensibilização são adequadas à realidade dos fenómenos criminais atuais, sendo que o E3 vai ainda mais longe e infere no impacto positivo na redução de crimes e no aumento do sentimento de segurança da população idosa, mormente na alteração de comportamentos. Não obstante, o mesmo E3 apresenta um dado importante referindo que, por vezes, a mudança de comportamentos carece de tempo.

Este facto está em sintonia com a realidade criminal contra idosos, registada entre 2013-2019 pela GNR, considerando que os crimes que têm maior incidência são Furto em Residência (Com Arrombamento, Escalamento ou Chave Falsa), o Dano, a Ofensa à Integridade Física Voluntária Simples e, em 2014, a Omissão de Auxílio²¹ e esses correspondem a temáticas abordadas nas ações de sensibilização, onde são alertados para a problemática, o que devem fazer para prevenir e, ocorrendo, o que deverão fazer²².

²¹ Vide Tabela 1.

²² Vide Capítulo 4.



Tabela 4 - Resumo das respostas à questão n.º 2

Questão 2 – O modelo de policiamento comunitário desenvolvido junto desta população, em que se pretende envolver as pessoas e parceiros na resolução dos problemas, contribui para a melhoria das condições de vida, para a prevenção da criminalidade e o aumento do sentimento de segurança desta população?	
ENTREVISTADO	EXCERTEOS DA ENTREVISTA
E1	– R: “Sim, porque todas as instituições que trabalham com idosos sabem que a GNR é a instituição que mais conhecimento tem sobre esta população e nas suas intervenções solicitam o apoio da GNR (...), aumentado desse modo o sentimento de segurança dos idosos.”
E2	– R: “(...) o modelo de policiamento comunitário, com a interação entre as forças e a comunidade, permite um melhor conhecimento dos problemas e assim antecipar a sua resolução. (...) estaremos a contribuir decisivamente para mais e melhor segurança.”
E3	– R: “Sim, o envolvimento (...) faz com (...) passem a identificar-se e corresponsabilidade com as medidas a desenvolver, contribuindo para o aumento do sentimento de segurança quando as medidas identificadas em conjunto são verdadeiramente implementadas (...).”
E4	– R: “Sim, (...) trabalhar em conjunto para identificar e definir as prioridades e encontrar soluções para os problemas da atual sociedade, sejam eles no âmbito da segurança ou do apoio social. O trabalho conjunto (...) torna mais célere e eficiente a resposta, de acordo com as competências de cada uma das entidades.”

Fonte: (Autor, 2020)

Nas respostas à Q2, verifica-se que todos os entrevistados reconhecem nas parcerias um objetivo comum de resolução dos problemas dos idosos. Ocorrendo circunstâncias em que a GNR se depara com necessidades de idosos que transcendem a sua competência, as parcerias têm-se revelado determinantes para a supressão célere das necessidades, numa ótica de trabalho integrado, que gera entre todos o comprometimento com os fins a atingir.

Tabela 5 - Resumo das respostas à questão n.º 3

Questão 3 – - A Operação Censos Sénior da GNR está orientada para a prevenção da criminalidade contra idosos. Considera que a mesma decorre cumprindo este desiderato?	
ENTREVISTADO	EXCERTEOS DA ENTREVISTA
E1	– R: “Sim. Não só previne a criminalidade (...), como tem salvo vidas.”
E2	– R: “(...) pretende-se inculir nos idosos comportamentos de segurança com intuito de reduzir o risco de virem a ser vítimas de crimes. Assim, considero que (...) cumprem o objetivo de prevenir a criminalidade contra idosos.”
E3	– R: “Sim, (...) como uma ação integrada num plano de longo tempo, com a respetiva definição de objetivos, indicadores e metas e não como um ato isolado.”
E4	– R: “Sim, (...) são desenvolvidas inúmeras ações de sensibilização, através de contatos pessoais ou ações de sala, a fim de os aconselhar sobre procedimentos de segurança, nomeadamente em situações de burla, contos do vigário e furto em residências, por forma a potenciar o sentimento de segurança (...), contribuindo assim para desenvolver o conhecimento de comportamentos seguros que permitam que os idosos ganhem a confiança necessária e o sentimento de segurança, para terem uma vida mais ativa.”

Fonte: (Autor, 2020)



Nas respostas à Q3, verifica-se que todos os entrevistados percecionam que a operação cumpre efetivamente o desiderato de prevenir a ocorrência de crimes. Desta perspetiva salientam-se E2 e E4, que evidenciam a importância das temáticas das ações de sensibilização, que contribuem para a prevenção, o bem-estar dos idosos e o envelhecimento ativo, transparecendo uma sintonia entre uma redução quase progressiva dos crimes e as temáticas de sensibilização²³.

Não obstante o mencionado, E4 retrata a necessidade de se observar a operação numa estratégia de longo prazo, com objetivos, indicadores e metas a atingir, o que materializaria uma estratégia para a operação.

Tabela 6 - Resumo das respostas à questão n.º 4

Questão 4 – Tendo em conta a visibilidade que a operação Censos Sênior tem a nível nacional, considera que a GNR poderia intervir no âmbito dos “futuros idosos”, em idade antes dos 65, de forma a preparar para a passagem para a idade idosa e questões securitárias que deverão acautelar quando atingirem os 65 anos?	
ENTREVISTADO	EXCERTOS DA ENTREVISTA
E1	– R: “Não vejo vantagem na intervenção (...) em moldes semelhantes (...), bem como considero que a faixa etária (...) da “Operação deva ser aumentada para os 70 anos, porque os cidadãos que atualmente atingem a idade de 65 anos conseguem manter-se informados como no passado não conseguiam, sem esquecer que a idade de reforma é aos 65 anos.”
E2	– R: “(...) a GNR tem aqui um papel fundamental a desempenhar através de ações de formação preparando-os para os diferentes tipos de criminalidade (...) prevenindo assim futuras situações de risco e (...) um aumento do sentimento de segurança.”
E3	– R: “Sim, para além das ações de sensibilização (...) um dos grandes contributos (...), é contribuir para a visibilidade, que (...) tem promovido uma reflexão coletiva sobre esta problemática, da perda natural de capacidades com o envelhecimento e a necessidade de adaptação de comportamentos (...) para garantir uma melhor qualidade de vida e mais segurança.”
E4	– R: “A GNR, além da Operação Censos Sênior, (...) desenvolve imensos programas especiais de policiamento de proximidade (...). (...) Desta forma (...), a GNR potencia nas diversas faixas etárias a adoção de comportamentos de autoproteção.”

Fonte: (Autor, 2020)

Nas respostas à Q4 não há unanimidade nas respostas dos entrevistados. E2 e E3 defendem a necessidade de intervenção junto desta população, “futuros idosos” com idade antes de 65 anos, sendo que o E2 considera que tem influência na prevenção criminal e sentimento de segurança, enquanto E3 refere-o numa ótica de consciencialização da sociedade para a problemática do envelhecimento, a adequação de comportamentos na prevenção de crimes e na melhoria da qualidade de vida dos idosos. Relativamente a esta questão salienta-se o estudo realizado por Santos (2018) que, embora a amostra fosse superior a 60 anos, concluía que 13% sofrem ameaças de algum género, agressões verbais,

²³ Vide Tabela 1 com os crimes com maior ocorrência e Capítulo 4, relativo às temáticas de sensibilização.



insultos ou humilhações. Assim se percebe a necessidade de intervenção em idades próximas desta, mesmo que antes dos 65 anos.

Com opinião contrária estiveram E1 e E4, em que E1 não vê mais valia na intervenção, acrescentando mesmo que a idade para integração da operação Censos Sénior deveria passar para 70 anos, por considerar a própria idade de passagem à reforma e o acréscimo de informação face a gerações anteriores. Já E4 remete esta comunidade para a atividade desenvolvida pela GNR no âmbito das restantes atividades do PEPP, excluindo-os liminarmente de serem objeto da operação Censos Sénior.

Tabela 7 - Resumo das respostas à questão n.º 5

Questão 5 – No âmbito da Operação Censos Sénior da GNR é facultado ao idoso um contato telefónico direto à Seção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário da sua área de residência. Considera que o facultar de um contato telefónico que possibilite contato direto entre o idoso e a GNR, facilita a aproximação e desta forma o esclarecimento de dúvidas e a denúncia de crimes?	
ENTREVISTADO	EXCERTOS DA ENTREVISTA
E1	– R: “(...) os idosos poderão denunciar os crimes de que são vítimas mais facilmente, criando-se assim laços de confiança entre a GNR, os idosos e seus familiares.”
E2	– R: “Ao facultar um contato telefónico (...) estamos (...) a criar um sentimento de confiança (...) crucial no momento de denúncia de eventual crime, porque (...) pode confiar que o irá ouvir e auxiliar.”
E3	– R: “Sim, (...), garante um canal de comunicação que facilita certamente a aproximação, não podendo a Guarda ficar a aguardar o contacto dos cidadãos, terá de ser a instituição a procurar ter a iniciativa (...) que leva à verdadeira aproximação.”
E4	– R: “Sim, (...) cria uma forma de contacto rápido para apoio nas diversas situações em que o idoso considerem que a sua segurança poderá estar em risco ou em situações em que necessitam de algum esclarecimento.”

Fonte: (Autor, 2020)

Nas respostas à Q5, verifica-se unanimidade nos entrevistados, salientando a boa iniciativa de facultar um contato direto à SPC, reforçando a confiança que entre o idoso e a GNR. Nesta senda, destacam-se as perceções de E1 e E2, que abordam a resultante no aumento de denúncias por parte dos idosos, o que é extremamente relevante face à predominância de casos não denunciados na estatística apresentada pela APAV²⁴ (2019a) entre 2013-2018, com 2.991 casos não denunciados contra 1.979 denunciados.

Nesta perspetiva ressalva-se a perceção de E3 que salienta que esta ação tinha de ser uma iniciativa da GNR, em detrimento de se estar infinitamente a aguardar um contato por parte do idoso, bem como a perceção de E4 que infere sobre o impacto que este passo tem, quer em situações de risco para o idoso, bem como em situações de algum esclarecimento.

²⁴ Vide Capítulo 2.



Tabela 8 - Resumo das respostas à questão n.º 6

Questão 6 – Sendo a avaliação de impacto mensurável através da alteração comportamental dos visados, considera que os conselhos transmitidos pelos militares da Guarda durante o contacto com os idosos sinalizados, têm motivado a mudança de comportamentos deste extrato da população? a. Se sim, de que forma destacaria esta alteração de comportamentos orientada para a redução de crimes?	
ENTREVISTADO	EXCERTOS DA ENTREVISTA
E1	– R: “(...) população mais vulnerável e menos informada tem alterado os seus comportamentos, alguns de risco, tal como abrir a porta a desconhecidos, sendo no entanto um trabalho constante de sensibilização e informação (...)”
E2	– R: “(...) os idosos estão sempre muito predispostos a ouvir as forças de segurança (...). No entanto, e mesmo estando devidamente sensibilizados para eventuais crimes, muitas vezes os idosos são ludibriados pela astúcia e capacidade de influência de quem lhes surge a bater à porta e que não raras vezes são verdadeiros criminosos.”
E3	– R: “Sim. Tenho a perceção que as ações de sensibilização têm contribuído (...) para a mudança de comportamentos básicos, como o fechar a porta e janelas e desconfiar de quem toca à porta, no entanto (...) a necessidade de repetir, relembrar (...)”
E4	– R: “Sim, (...) aconselhar sobre procedimentos de segurança, nomeadamente em situações de burla, contos do vigário e furto em residências. (...) pretende-se que os idosos adotem comportamentos de autoproteção de forma a prevenir este tipo de crimes.”

Fonte: (Autor, 2020)

Nas respostas à Q6, pode-se verificar que todos os entrevistados sugerem ter a perceção que os idosos tendem a mudar o seu comportamento face os conselhos da GNR. Este é um trabalho que os entrevistados sugerem não ser pontual, mas sim recorrente, promove a consolidação das mudanças que têm de fazer e que visam prevenir crimes, como por exemplo uma simples manutenção da porta ou janela de casa fechada ou o não abrir a porta a desconhecidos.

Não obstante o mencionado, evidencia-se a resposta de E2 que menciona que, apesar das ações de sensibilização, a capacidade de influência, astúcia e argumentação de quem quer ludibriar os idosos, transcende as capacidades dos próprios idosos sensibilizados, o que origina a ocorrência de crimes.

Tabela 9 - Resumo das respostas à questão n.º 7

Questão 7 – Na sua opinião, que outros tipos de medidas poderiam ser implementadas na interação entre o policiamento comunitário da GNR e a comunidade idosa, sinalizada pela Operação Censos Sênior, que pudessem contribuir para minorar a ocorrência de crimes?	
ENTREVISTADO	EXCERTOS DA ENTREVISTA
E1	– R: “(...) o trabalho (...) realizado (...) é o necessário e suficiente para atingir os objetivos propostos, sendo uma mais valia no atual contexto da pandemia pelo COVID-19, possibilitando à GNR apoiar esta população (...)”
E2	– R: “(...) além da proximidade e visibilidade constante das polícias, da rede de contactos diretos e imediatos, eventualmente equacionar a criação de uma Comissão Nacional de Proteção de Idosos, à semelhança do que acontece com os jovens.”



E3	<ul style="list-style-type: none">- R: “(...) medidas (...) para minorar a ocorrência de crimes:<ul style="list-style-type: none">- Os idosos, participarem, integrarem, nos Conselhos Municipais de Segurança ou temáticos (segurança do idoso) quando existam.- Definição de metas de número de contactos, mínimos, entre militar e idosos.- Ser desnecessário a declaração de proteção de dados para efeitos da sinalização dos idosos no âmbito da prevenção criminal.- Garantir a formação de especialização a todos os elementos das SPC.- Incluir no giro, das diversas patrulhas de proximidade dos P^{Ter}, as residências dos idosos mais vulneráveis.- Incluir no processo educativo da sociedade, disciplinas sobre a temática do envelhecimento.”
E4	<ul style="list-style-type: none">- R: “Na minha opinião, a teleassistência é uma medida que contribuiria (...). Esta medida poderia ser aplicada através da utilização de um dispositivo eletrónico de apoio, (...) assistência permanente em qualquer eventualidade (...) um atendimento personalizado e interessado, proporcionando uma resposta imediata em situações de emergência (...) 24 horas por dia e 7 dias por semana.”

Fonte: (Autor, 2020)

Nas respostas à Q7, podem-se verificar inúmeras sugestões de medidas para reforçar a prevenção de crimes. Não obstante salienta-se o papel que a operação Censos Sénior já desempenha no quadro atual, sendo que, inclusivamente, o E1 associa o conhecimento da GNR sobre esta comunidade mais vulnerável, em sede da presente crise pandémica COVID-19, porquanto conhece a sua localização e necessidades.

Em sede de medidas internas aplicáveis à GNR, o E3 sugere a definição de metas de número de contactos, mínimos, entre militar e idosos, a necessidade da declaração de proteção de dados para efeitos da sinalização dos idosos no âmbito da prevenção criminal, a formação a todos os elementos das SPC com o curso de especialização e o incluir no giro, das diversas patrulhas de postos territoriais, as residências dos idosos mais vulneráveis. Ainda internamente na GNR, o E4 sugere a teleassistência através de um dispositivo eletrónico de apoio, permanentemente disponível. Em sede da última medida apresentada acrescenta-se que uma medida de teleassistência implica que esteja, permanentemente, alguém do outro lado da linha capaz de dar a resposta ao idoso que a solicita, o que poderá revelar-se humanamente impossível de gerir, institucionalmente.

Em sede de outras medidas externas à GNR, E2 sugere a constituição de uma Comissão Nacional de Proteção de Idosos, à semelhança do que acontece com os jovens e E3 sugere que os idosos deveriam participar e integrarem os Conselhos Municipais de Segurança ou ações temáticas (segurança do idoso), quando existam, e incluir uma disciplina sobre a temática do envelhecimento no processo educativo da sociedade.



8. Conclusões

A presente investigação visa, em contexto académico, avaliar o impacto da operação Censos Sénior, desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana (GNR), mais propriamente na prevenção da ocorrência de crimes.

A recolha de dados foi efetuada através de uma análise documental detalhada em várias obras de referência, artigos científicos, legislação, entre outras fontes de onde se destaca a estatística criminal de crimes contra idosos, na área de responsabilidade da GNR, bem como de entrevistas semiestruturadas efetuadas a entidades da instituição e que tiveram contato de perto com a realidade comunitária da GNR e a comunidade idosa em concreto, porquanto chefiaram a RPC da GNR.

A GNR cumpre o desígnio institucional de garantir e manter a segurança de todos os cidadãos, em especial dos mais vulneráveis. Neste âmbito, orientada para a criação de uma sociedade mais segura e inclusiva, a GNR desenvolveu o seu modelo de policiamento de forma a estar mais próxima dos mais vulneráveis e ser capaz de dar resposta às suas reais necessidades, sejam elas do ponto de vista securitário, social, saúde ou outras.

Dentro desta comunidade vulnerável salienta-se a comunidade idosa cujo papel da idade, associado a uma progressiva e gradual perda de mobilidade e autonomia, poderá levar a situações de necessidades especiais e particulares e a situações de isolamento, colocando-os perante possíveis situações de isolamento social e dependência face a terceiros, que poderão aumentar a sua suscetibilidade à prática dos crimes ou formas de violência.

A fragilidade física dos idosos, para além de uma incapacidade física de resposta perante um potencial agressor, torna-os possíveis alvos fáceis, na medida em que são perseguidos pelos criminosos como menos resistentes ao crime.

Associado ao facto anteriormente descrito, também os baixos rendimentos muitas vezes nestas faixas etárias, contribuem de uma forma muito particular, mas aumentando a especial vulnerabilidade dos idosos, porquanto é suscetível de os colocar em situação de eventual dependência financeira face a terceiros que leve a alguma forma de violência financeira, mas também numa incapacidade de investir em medidas de segurança para prevenir crimes.

Em 2011, procurando que os idosos ganhassem a necessária confiança para ter uma vida mais segura e ativa, suprimindo as suas reais necessidades, foi desenvolvida pela GNR a operação Censos Sénior, que tem como principal objetivo a prevenção de crimes, fazendo a sua georreferenciação e o levantamento do número de idosos que vivem isolados e/ou em



situações de isolamento, abrangendo todo o território nacional. Com uma realidade em 2011 de 15.596 idosos sinalizados, evidencia-se uma tendência crescente já que na sua edição de 2019 foram registados 41.868 idosos.

Esta operação, pelo grande interesse governamental, pelas instituições que contactam de perto com esta problemática, pelos órgãos de comunicação social locais e nacionais, bem como pela sociedade civil, deverá ser tida em conta e com a maior das atenções.

Dada a notoriedade e contexto da comunidade idosa em Portugal e senso que a avaliação do impacto contribui também para a aprendizagem e criação de conhecimento, potenciando a aprendizagem organizacional, considera-se que a temática em estudo assume especial importância na medida em que, ao nível de policiamento comunitário, é um estudo pioneiro já que a GNR nunca realizou a avaliação de impacto de nenhum dos seus projetos, questão que se afigura fulcral numa ótica de dinamismo e eficiência.

Assim, com o intuito de responder à QC, mais concretamente se a operação Censos Sénior, desenvolvida pela GNR, tem impacto na prevenção criminal, começa-se por responder às três QD para se culminar com uma resposta mais pragmática e holística, cumprindo assim o OG da investigação.

Relativamente à QD1, designadamente como tem evoluído a criminalidade contra idosos, na área de responsabilidade da GNR, importa mencionar que a estatística criminal respeitante aos crimes contra idosos entre 2013 e 2019, na área de responsabilidade da GNR, mostra uma realidade criminal de 92.418 crimes, que correspondem a cerca de 9% da criminalidade em geral, dos quais resultaram 89.887 vítimas. Destes dados destaca-se a necessidade de sensibilizar os idosos, independentemente do sexo das vítimas, com predominância do escalão etário 65-74, dado ser o escalão com maior incidência, pelo que deverá acautelar maior preocupação para a GNR no âmbito das ações e policiamento. Relativamente aos crimes com maior incidência registados contra idosos, pela GNR entre 2013 e 2019, são eles o Furto em Residência (Com Arrombamento, Escalamento ou Chave Falsa), o Dano, a Ofensa à Integridade Física Voluntária Simples e a Omissão de Auxílio, que correspondem entre 17% e 7% da criminalidade contra idosos, apesar de preocupantes pela sua concretização, salvaguarda-se que encaixam nas temáticas que são alvo de sensibilização aos idosos e para os quais são alertados dos riscos, da sua prevenção e da atuação eficaz em caso de ocorrência.

O crime de burla, mesmo tendo percentagens de ocorrência inferiores com cerca de 5% da criminalidade contra idosos registada, pelas 4.338 ocorrências registadas entre 2013



e 2019, sendo que em 2019 ocorreram 973 casos, constitui-se como um fenómeno criminal a considerar, dado ser vulgarmente utilizado nos discursos como preocupante e que deverá gerar cuidado na sensibilização aos idosos. Tal facto, não sendo manifestamente preocupante, alerta para a necessidade do trabalho contínuo sobre esta temática.

Da constatação dos dados fornecidos pela GNR da criminalidade contra idosos, registados entre 2013 e 2019, não se verifica um aumento progressivo da criminalidade contra idosos, conforme alguns discursos parecem argumentar. Tem-se verificado uma diminuição quase progressiva dos crimes contra idosos, comparativamente a períodos homólogos de anos anteriores, contudo salienta-se um aumento bastante expressivo em 2019, com 8.072 ocorrências a mais que no ano de 2018. O aumento mencionado trouxe a triste realidade de em 2019 registarem-se mais crimes e mais vítimas, do que em 2013. Tal fato, apesar de salientar preocupação, partilha-se das opiniões de outras instituições, que um aumento do número de ocorrências não traduz liminarmente mais criminalidade, podendo sugerir maior sensibilização aos idosos e sensibilização quanto à problemática em si, o que evidencia uma necessidade de continuação de intervenção junto da população idosa.

Relativamente à QD2, designadamente se a operação Censos Sénior contribui para a prevenção criminal, importa mencionar que em termos de perceção para a GNR, a operação Censos Sénior tem contribuído, significativamente, para a prevenção da criminalidade, quer através da sinalização de idosos em situação vulnerável e, como tal, mais expostos à prática de crimes, quer através das ações de sensibilização sobre os fenómenos criminais mais atuais. Tal facto é corroborado pela adequabilidade das ações de sensibilização aos fenómenos criminais mais atuais, considerando os crimes mais recorrentes nesta comunidade e que foram atrás mencionados, evidenciando que estes constituem temáticas das ações ministradas aos idosos, porta a porta ou em sala, onde os idosos são alertados para a problemática da sua ocorrência, o que devem fazer para prevenir e, não conseguindo evitar, o que deverão fazer.

Do policiamento comunitário desenvolvido pela GNR, de onde surgiu a operação Censos Sénior, poder-se-á inferir que as parcerias estabelecidas entre a GNR e as demais instituições da sociedade têm um elo comum de responsabilidade social orientada para a supressão dos problemas dos idosos, gerando comprometimento com os fins a atingir de prevenção de crimes, o bem-estar do idoso e o aumento do sentimento de segurança.

A prevenção da ocorrência de crimes, sendo um dos objetivos primordiais da operação Censos Sénior, percebe-se que cumpre efetivamente este desiderato, não



obstante salienta-se a necessidade da operação ser analisada não como uma operação isolada mas numa estratégia de longo prazo, devendo para tal ser alvo de objetivos, indicadores e metas devidamente definidos e a serem alcançados, que deverão estar em sintonia com a Estratégia da GNR, o que a acontecer materializaria uma estratégia para a própria operação.

A possibilidade de intervenção junto de “futuros idosos”, numa ótica de os preparar para a passagem para a idade idosa de 65, considera-se uma boa iniciativa porquanto, apesar de se tratar de população que, tendencialmente, têm acesso a mais informação, de uma forma precoce permite trabalhar e consciencializar para a problemática do envelhecimento e limitações decorrentes, a melhoria da qualidade de vida e a adequação de comportamentos que visem a prevenção de crimes.

No âmbito da operação, a iniciativa de se facultar um contato direto à SPC que polícia o idoso é determinante para a operação pois providencia ao idoso um contacto direto para situações de risco ou, simplesmente, em situações em que necessite de algum esclarecimento. A mesma reforça a confiança que é estabelecida entre o idoso e a GNR, tendo como resultante o aumento de denúncia, o que é determinante atento à estatística de casos não denunciados de violência contra idosos.

No tocante à alteração de comportamentos, uma das medidas que se pretende nos idosos destinatários da operação Censos Sénior, e que permite aferir uma avaliação do impacto, percebe-se que os idosos tendem a mudar o seu comportamento mediante os conselhos da GNR, contudo este tem de ser um trabalho constante e dinâmico atendendo que a mudança de comportamentos na comunidade idosa assim o exige, mesmo que seja para uma simples mudança de manutenção da porta ou janela de casa fechada ou o não abrir a porta a desconhecidos. Não obstante o mencionado, a criminalidade vai evoluindo e a capacidade de influência, astúcia e argumentação de quem quer ludibriar os idosos intencionalmente, transcende as capacidades, muitas vezes, dos próprios idosos sensibilizados e supostamente mais despertos para a realidade criminal, o que origina a ocorrência de crimes.

Relativamente à QD3, concretamente que outras medidas, no âmbito da operação Censos Sénior, podem potenciar a prevenção criminal, podem-se verificar inúmeras sugestões de medidas para reforçar a prevenção de crimes. Em sede de medidas que podiam potenciar a ajuda e a resposta aos idosos, que sejam do foro da GNR considera-se:

- A definição de metas de número de contactos, mínimos, entre a GNR e os idosos;



- A necessidade de formação a todos os elementos das SPC com o curso de especialização de Prevenção Criminal, Policiamento Comunitário e Direitos Humanos, sendo que atualmente somente 90 dos 357 militares da estrutura o possuem;
- Em contexto de proximidade, incluir giros obrigatórios nas patrulhas de Postos Territoriais, às residências dos idosos mais vulneráveis

Outras medidas a considerar para que, mesmo não sendo do foro interno da GNR, sejam analisadas por poderem contribuir para a resposta aos idosos, enumera-se:

- Em estreita articulação com os municípios, os idosos participem e integrem os Conselhos Municipais de Segurança ou temáticos (segurança do idoso) quando existam;
- Em estreita articulação com a tutela, se estude e equacione as potencialidades da constituição de uma Comissão Nacional de Proteção de Idosos, à semelhança do que acontece com os jovens;
- Em estreita articulação com o Ministério da Educação, se analise a possibilidade de se incluir uma disciplina sobre a temática do envelhecimento no processo educativo.

Atendendo ao anteriormente mencionado e respondendo à QC de avaliar o impacto da operação Censos Sénior, na prevenção criminal considera-se haver um impacto muito positivo e que é resultante do trabalho que tem sido feito até então, num quadro multifacetado de exigências para a GNR que, trabalhando próxima do cidadão e da comunidade idosa, por iniciativa particular ou de outras instituições e numa ótica de responsabilidade social, sinaliza e apoia os cidadãos idosos mais vulneráveis e tem-se constituído como uma referência no conhecimento desta comunidade. Este impacto poder-se-á igualmente transpor e inclusivamente evidenciar em sede de resposta à presente crise pandémica COVID-19, porquanto conhece a localização e necessidades dos idosos mais vulneráveis. Também a adequabilidade das ações de sensibilização à realidade criminal propiciam idosos mais informados e conscientes das ameaças, logo menos vulneráveis e, consequentemente, potenciando o seu sentimento de segurança. Não obstante o mencionado deverá ser vista a operação num quadro de estratégia global, estabelecendo-se objetivos, indicadores e metas a atingir.

Como limitações ao presente estudo salienta-se a inexistência de estatística nacional de criminalidade contra idosos. As FS seguem a metodologia de crimes registados a



distribuir para fins estatísticos nacionais, que define as idades entre menos de 16 anos, de 16-24 anos e mais de 25 anos, não existindo nenhuma estatística oficial respeitante à criminalidade contra idosos. Mesmo assim, a GNR evoluiu o tratamento dos seus dados sobre a criminalidade contra idosos, no sentido de apoiar a atividade de prevenção criminal, contudo só a partir de 2013 o conseguiu de forma sistematizada e consolidada, pelo que não se conseguiu aferir o estudo antes do início da operação Censos Sénior e depois, apenas entre 2013 e 2019.

Também a GNR não tem registo do número de idosos sensibilizados no âmbito da operação Censos Sénior, sendo que apenas tem estatística de idosos sensibilizados no geral, vulneráveis e não vulneráveis.

Há também a considerar as limitações decorrentes da presente crise pandémica COVID-19, que inviabilizaram a intenção inicial de aplicação de questionários a idosos sinalizados e analisar o impacto n sua perspetiva, nomeadamente na alteração de comportamentos. O isolamento social e empenhamento do efetivo da GNR, resultante do Estado de Emergência decretado, impossibilitou a concretização deste objetivo, porquanto a amostra se centrava nos próprios destinatários da operação. Tal facto exigiu o redireccionamento da amostra, que teve como consequência a análise do impacto da operação numa ótica fatual de criminalidade e da perspetiva interna da GNR.

Relativamente a estudos futuros a considerar, propõe-se:

- Avaliar o impacto da operação Censos Sénior que vise a prevenção criminal, na ótica dos beneficiários, os idosos, designadamente com a constatação ou não de alterações comportamentais, que sejam atinentes à redução de crimes.
- A análise da operação Censos Sénior, num quadro das suas exigências e adequabilidade da estrutura de policiamento comunitário da GNR.
- À semelhança desta investigação, a análise do programa Escola Segura e a avaliação do seu impacto na comunidade mais jovem.



Referências Bibliográficas

- Adam, C., 2008. *Auswirkungen der demographischen alterung auf die öffentliche infrastruktur: eine geographische untersuchung neuer rahmenbedingungen, veränderter problemstellungen und möglicher Lösungsansätze*. Saarbrücken:: s.n.
- Alves, A. C., 2007. *O Dilema Polivância-Especialização*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. C., 2010. *Introdução à Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Amaro, A., 2008. Segurança humana e protecção civil na sociedade do risco: A crise do modelo estatocêntrico na (s) segurança (s). *Revista: Territorium, Associação Portuguesa De Riscos, Prevenção e Segurança*, Issue 15, pp. 83-94.
- Anon., 1995. *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- APAV, 2018. *15 junho - Dia Mundial de sensibilização para o combate à violência contra as pessoas idosas*. [Online] Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/1782-15-junho-dia-mundial-de-sensibilizacao-para-o-combate-a-violencia-contra-as-pessoas-idosas [Acedido em 22 abril 2020].
- APAV, 2019a. *Pessoas Idosas Vítimas de crime e de Violência 2013-2018*, Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- APAV, 2019b. *APAV assinala Dia Internacional da Pessoa Idosa*. [Online] Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/2116-apav-assinala-dia-internacional-da-pessoa-idosa-2019 [Acedido em 22 abril 2020].
- APAV, 2020. *Tipos de Violência e de Crime*. [Online] Disponível em: <https://www.apav.pt/idosos/index.php/violencia-crime/tipos-de-violencia-e-de-crime> [Acedido em 26 abril 2020].
- Barreto, A., 2003. *Novos retratos do meu país*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Bernardo, A. L. P., 2014. *Das políticas aos programas de envelhecimento: o caso do programa IPL 60+*, Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Bolle, P., 1998. O Policiamento de proximidade: Noção, instituição, acção. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, pp. 409-430.



- Castro, A. E. M., 2011. *Programa de estimulação cognitiva em idosos institucionalizados - Impacto no desempenho cognitivo e na sintomatologia depressiva*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Chau, F., Soares, C., Fialho J. A. & Sacadura, M. J., 2012. *O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Copeto, R., 2011a. A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária. *Segurança e Defesa*, Issue 16, pp. 48-54.
- Costa, J. M. B. d., 2007. *O Idoso e o Crime - Prevenção e Segurança*. Lisboa: Edições Colibri.
- DGAI, 2013. *Vitimização Criminal dos Idosos em Portugal - Crimes participados às Forças de Segurança em 2011*. Lisboa: Direção-Geral de Administração Interna.
- Dias, H., 2012. *Metamorfoses da Polícia: Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Elias, L., 2007. Policiamento de proximidade: Desafios e perspetivas futuras. *Revista Polícia Portuguesa*, Volume 5, pp. 26-30.
- Fabiani, P. et al., s.d. *Avaliação de Impacto Social - Metodologias e Reflexões*. [Online] Disponível em: https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Artigo_Avaliacao_Impacto_Social_06.pdf [Acedido em 15 abril 2020].
- Fechine, B. R. & Trompieri, N., 2012. O Processo de Envelhecimento: As principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. *Revista Científica Internacional*, pp. 106-194.
- Fernandes, A. A. & Botelho, M. A., 2007. Envelhecer activo, envelhecer saudável: O grande desafio. *Fórum Sociológico*, Issue 17, pp. 11-16.
- Fonseca, F. J. S., 2010. *A Evolução das Políticas Públicas de Segurança Interna em Portugal, na Era da Globalização*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Garcia, F. P., 2006. As ameaças transnacionais e a segurança dos estados. Subsídios para o seu estudo. *Revista Negócios Estrangeiros*, março, pp. 339-374.
- Giddens, A., 2009. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.
- GNR, 2015a. *Relatório de Atividades 2014*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.



- GNR, 2015. *Estratégia da Guarda 2020 - Uma Estratégia de Futuro*. Lisboa:Guarda Nacional Republicana.
- GNR, 2018a. *Relatório de Actividades 2017*. Lisboa:Guarda Nacional Republicana.
- GNR, 2018b. *EUCPN - European Crime Prevention Network*. [Online] Disponível em: https://eucpn.org/sites/default/files/document/files/PT_ECPA_2018%20zie%20extra%20bijlagen%20mail.pdf [Acedido em 28 abril 2020].
- GNR, 2020a. *A Guarda Nacional Republicana - Uma força centrada no cidadão (DPERI)*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- GNR, 2020b. *Operação Censos Sénior, desenvolvido pela GNR (RPC)*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- GNR, 2020c. *Criminalidade Contra Idosos registada pela GNR, entre 2013-2019 (DI)*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Gomes, P., 2001. *Modelos de Policiamento*. Separata da Revista Polícia Portuguesa, Issue 128, pp. 1-4.
- Gonçalves, C. & Carrilho, M. J., 2004. Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001. *Revista de Estudos Demográficos*, pp. 175-193.
- GRESI, 2015. *Segurança Horizonte 2025: Um conceito Estratégico de Segurança Interna*. Lisboa: Edições Colibri.
- INE, 2019. *Estimativas de População Residente em Portugal - 2018*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Português de Relações Internacionais, 2006. *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna, Relatório Final - Modelos e cenários*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Jornal Público, 2019. *APAV lança campanha de sensibilização sobre violência contra idosos*. [Online] Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/01/21/sociedade/noticia/apav-lanca-campanha-sensibilizacao-violencia-idosos-1858742> [Acedido em 22 abril 2020].
- Kirk, D., 1996. Demographic Transition Theory. *Population Studies - A Journal of Demography*, 50(3), pp. 361-387.



- Leitão, J. C. B., 1999. Causas da proximidade policial - I. *Revista da Polícia Portuguesa*, setembro-outubro, Issue 119, pp. 9-13.
- Lisboa, M. & Dias, A. L. T., 2008. “*Organizações e Meio Envolvente: o caso do ‘Policamento de Proximidade’*”. s.l., Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Lopes, A. J. d. F., 2006. *Segurança e Cidadania. Conceitos e políticas*, Lisboa: Edições Culturais de Marinha.
- Lopes, N., 2013. *Policamento de Proximidade: Aplicação Prática do Modelo Integrado de Policamento de Proximidade na PSP*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- MAI, 2000. *Policamento de Proximidade Parcerias e Mediação..* s.l.:Gráfica Peres.
- Martinez, P., Premand, P., Rawlings, L. & Vermeersch, C., 2015. *Avaliação de Impacto na Prática*. Washington D. C.: Banco Mundial.
- Martins, R., 2008. Ser idoso hoje. *Revista: Millenium*, pp. 1-8.
- Matos, L. S., 2004. *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Miller, M., K, H. & Orthmann, C., 2011. *Community policing – Partnerships for problem solving*. 6ª ed. Clifton Park, USA: Delmar, Cengage Learning.
- MNE, 2013. *Avaliação do Impacto: Breve Introdução (Documento de Trabalho nº1/13)*. [Online]
Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/doc_trabalho8_2013.pdf
[Acedido em 30 outubro 2019].
- MNE, 2014. *Guia de Avaliação*. [Online]
Disponível em: https://www.oecd.org/derec/portugal/Guia_Avalia%C3%A7%C3%A3o_V01.pdf
[Acedido em 30 outubro 2019].
- Moleirinho, P., 2009. *Da polícia de proximidade ao policiamento orientado pelas informações*, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Mottiar, S. & White, F., 2003. *Co-production as a Form of Service Delivery: Community Policing in Alexandra Township*. Johannesburg: Centre for Policy Studies.
- Mozzicafreddo, J. & Gomes, J., 2001. *Administração e Política - Modernização da Administração Pública e Poder Político*. Oeiras: Celta Editora.



- Nye, J., 1995. *East Asian Security: The Case for Deep Engagement*. [Online]
Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1995-07-01/east-asian-security-case-deep-engagement>
[Acedido em 20 abril 2020].
- Oliveira, J. F., 2006. *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Oliveira, M., 2010. *Manual Títono - Para o atendimento de pessoas idosas vítimas de crime e de violência*. Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- Pinto, D. C. V., 2013. *Por Que Vão Os Idosos Para Lares? Determinantes no Internamento De Pessoas Maiores De 65 Anos Em Instituições De Longa Permanência*, Lisboa: s.n.
- Rocha, S., Amaral, R., Costa, D. & Sousa, A., 2014. *Reflexões Éticas sobre a Sustentabilidade e a Responsabilidade Social no Turismo: os casos do Turismo de Portugal versus Grupo Pestana*. [Online]
Disponível em:
https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13415/1/DireitosParentalidade_CIV2013_RCosta2014.pdf
[Acedido em 15 abril 2020].
- Rodrigues, A., 2008. Globalização, Crime e Ciência Penal "Europeia". *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*, pp. 197-219.
- Santos, A. J., 2018. *Violence against older adults: multidimensional perspective*, Porto: Universidade do Porto.
- Santos, L. & Lima, J., 2019. *Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação*. 2ª ed. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Santos, M. J. N., Silva, J. L. A., Henriques, P. L. & Eusébio, C., 2005. *Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Empresarial*. Oeiras: Celta Editora.
- Santos, M., Santos, A., Pereira, E. & Silva, J. L., 2006. *Responsabilidade Social nas PME - Casos em Portugal*. Lisboa: RH Editora.
- Silva, N. M. P. d., 2010. *Cidadania e segurança: Uma análise prospectiva*. Lisboa, s.n.
- Simão, J., 2009. *Policiamento de Proximidade. Papel renovado da polícia na prevenção criminal — Estudo de caso do projecto «Apoio 65 “ Idosos em Segurança ”» na zona intramuros de Elvas*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna.



- Srour, R. H., 1998. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus.
- Trojanowicz, R. & Buquereaux, B., 1994. *Community Policing: how to get started*. 2ª ed. Ohio: Anderson Publisher.
- Trojanowicz, R. & Carter, D., 1988. *The philosophy and role of community policing*. Michigan: National Neighborhood Foot Patrol Center, School of Criminal Justice, Michigan State University.
- Trojanowicz, R., Kappeler, V., Gaines, L. & Bucqueroux, B., 1998. *Community Policing: A Contemporary Perspective*. 2ª ed. Cincinnati, OH: Anderson Publishing.
- TSF, 2019. *Mais casos de violência contra idosos pode significar mais atenção para o problema*. [Online]
Disponível em: <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/mais-casos-de-violencia-contra-idosos-pode-significar-mais-atencao-para-o-problema-11013511.html>
[Acedido em 22 abril 2020].
- UE, 2018. *Estrutura populacional e envelhecimento*. [Online]
Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Population_structure_and_ageing/pt#As_tend.C3.AAnci as_passadas_e_futuras_do_envelhecimento_demogr.C3.A1fico_na_UE[Acedido em 22 abril 2020].
- Valente, A., 2013. *Vitimização criminal dos idosos em Portugal: Análise sócio criminal dos crimes participados às Forças de Segurança em 2011..* Lisboa: Direção-Geral da Administração Interna.
- Valente, M., 2002. *Teoria Geral do Direito Policial*. 3ª ed. Coimbra: Almedina.
- Vasco, J., 2014. *Polícia de proximidade – Aplicação do Sistema de Polícia de Proximidade na Polícia Municipal de Maia*, Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- WHO, 2002. *Active ageing: A policy framework*. [Online]
Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/67215/WHO_NMH_NPH_02.8.pdf;jsessionid=A8317B606C63D857211E75A720149473?sequence=1
[Acedido em 15 abril 2020].
- WHO, 2017. *Global Strategy and Action Plan on Ageing and Health*. [Online]
Disponível em: <https://www.who.int/ageing/WHO-GSAP-2017.pdf?ua=1>
[Acedido em 02 novembro 2019].



Legislação e Normas Referenciadas

Decreto-Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro (2007). *Aprova a Orgânica da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República. 1.ª Série, 213, 8043-8051. Lisboa: Assembleia da República.

NEP/GNR 3.58, de dezembro (2017). *Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

NEP/INV – ACA 001, de setembro (2018). *Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

NEP/INV – ACA 003, de setembro (2018). *Estrutura e Regras de Citação e Referenciação de Trabalhos Escritos a Realizar no DEPG e CISD*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Resolução n.º 46/91, de 16 de dezembro (1991). *Princípios das Nações Unidas para as pessoas Idosas*. Assembleia Geral das Nações Unidas.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2015, de 13 de agosto (2015). *Aprova a Estratégia de Proteção ao Idoso*. Lisboa: Assembleia da República.



Apêndice A — Modelo de Análise

Objetivo Geral		
Avaliar o Impacto da Operação Censos Sénior, desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana (GNR), na prevenção criminal.		
Objetivos Específicos		
OE1: Analisar a evolução da criminalidade contra idosos, na área de responsabilidade da GNR onde decorre a operação Censos Sénior, entre 2013 e 2019;		
OE2: Analisar a operação Censos Sénior, desenvolvida pela GNR;		
OE3: Inventariar outras medidas que, no âmbito da operação Censos Sénior, poderiam contribuir para potenciar a prevenção criminal.		
Questão Central		
A Operação Censos Sénior, desenvolvido pela GNR, tem impacto na prevenção criminal?		
Questões Derivadas	Conceito	Indicadores
QD1: Como tem evoluído a criminalidade contra idosos, na área de responsabilidade da GNR, entre 2013 e 2019?	Segurança e Insegurança	Estatística Criminal
	Prevenção da criminalidade	
QD2: A Operação Censos Sénior contribui para a prevenção criminal?	Prevenção da criminalidade	Estatística Criminal
	Policimento de proximidade	Temáticas das ações de sensibilização
	Segurança e Insegurança	Adequação das temáticas das ações de sensibilização
	Responsabilidade Social	Objetivos, destinatários e procedimentos da operação Censos Sénior
	Parcerias	
	Comunidade	
QD3: Que outras medidas, no âmbito da operação Censos Sénior, podem potenciar a prevenção criminal?	Prevenção da criminalidade	Novas medidas para complementar.
	Segurança e Insegurança	
	Prevenção da Criminalidade	
	Policimento de Proximidade	
	Responsabilidade Social	
	Comunidade	
	Parcerias	



Apêndice B — Tipologia de Crimes Registados pela GNR, entre 2013 e 2019, contra idosos

TIPOLOGIA DE CRIMES REGISTADOS PELA GNR, ENTRE 2013 E 2018, CONTRA IDOSOS

Abate clandestino e aquisição de animais assim abatidos para consumo público	Incêndio/fogo posto em edifício, construção ou meio de transporte	Fraude fiscal
Abuso de cartão de garantia ou de crédito	Incêndio/fogo posto em floresta, mata, arvoredor ou seara	Furto de animais de explorações agro-pecuárias
Abuso de confiança	Maus tratos ou sobrecarga de menores	Furto de combustível em depósitos/máquinas agrícolas ou industriais
Abuso de confiança fiscal	Ofensa à integridade física por negligência em acidente de viação	Furto de máquinas industriais ou agrícolas
Abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes	Ofensa à integridade física por negligência em outras circunstâncias	Furto de metais não preciosos
Ameaça e coacção	Ofensa à integridade física voluntária grave	Furto de motor de embarcação
Burla com fraude bancária	Ofensa à integridade física voluntária simples	Furto de oportunidade/de objectos não guardados
Burla informática e nas comunicações	Omissão de auxílio	Furto de produtos agrícolas
Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços	Outras burlas	Furto de veículo motorizado
Burla relativa a trabalho ou emprego	Outro dano	Furto em área anexa a residência
Burla tributária	Outros crimes	Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas
Condução de veículo com taxa de álcool igual/superior a 1,2g/l	Outros crimes cometidos no exercício de actividades comerciais ou financeiras	Furto em edifício comercial ou industrial sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas
Condução perigosa de veículo rodoviário	Outros crimes contra a autoridade pública	Furto em estabelecimento de ensino com arrombamento, escalamento ou chaves falsas
Condução sem habilitação legal	Outros crimes contra a família	Furto em outros edifícios com arrombamento, escalamento ou chaves falsas
Consumo/Cultivo para consumo de estupefacientes	Outros crimes contra a honra	Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas
Contrafacção/falsificação de moeda e passagem de moeda falsa	Outros crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	Furto em residência sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas
Contrafacção/falsificação de título de crédito ou valores selados	Outros crimes contra a integridade física	Furto em supermercado
Corrupção de substâncias alimentares ou medicinais	Outros crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual	Furto em veículo motorizado
Crimes contra a honra cometidos através de meio de comunicação social	Outros crimes contra a liberdade pessoal	Furto por carteirista
Crimes contra os direitos de autor	Outros crimes contra a paz pública	Furto, tráfico de obras de arte e outros bens culturais
Crimes eleitorais	Outros crimes contra a propriedade	Homicídio por negligência em acidente de viação
Crimes relativos à caça e pesca	Outros crimes contra a reserva da vida privada	Homicídio por negligência em outras circunstâncias
Cultivo para consumo de estupefacientes	Outros crimes contra a segurança das comunicações	Homicídio voluntário consumado
Dano contra a natureza	Outros crimes contra a vida	Outros furtos
Dano contra o património cultural	Outros crimes contra a vida em sociedade	Outros roubos
Desobediência	Outros crimes contra as pessoas	Perigo relativo a animais
Detenção ou tráfico de armas proibidas	Outros crimes contra direitos patrimoniais	Poluição
Devassa da vida privada e violação de segredo	Outros crimes contra o património	Rapto, sequestro e tomada de reféns
Devassa por meio de informática	Outros crimes contra o património em geral	Resistência e coacção sobre funcionário
Difamação, calúnia e injúria	Outros crimes de falsificação	Roubo a farmácias
Emissão de cheque sem provisão	Outros crimes de maus tratos	Roubo a ourivesarias
Extorsão	Outros crimes de perigo comum	Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais
Falsidade de depoimento, declaração, testemunho, perícia, interpretação ou tradução	Outros crimes de violência doméstica	Roubo a residência
Falsificação de documentos, cunhos, marcas, chancelas, pesos e medidas	Outros crimes informáticos/crimes informáticos não englobados	Roubo a tesouraria ou estação de correio
Roubo de viatura	Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	Violação de regras de segurança
Roubo em transportes públicos	Usurpação de funções	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos
Roubo na via pública (excepto por esticção)	Violação	Violência doméstica contra menores
Roubo por esticção	Violação de domicílio e introdução em lugar vedado ao público	



Apêndice C — Guião de Entrevista

Nome: Cargo: Organização/Órgão:		Função: Habilitações literárias:
Conceito	Número	Questão
Prevenção da criminalidade	1	No âmbito da Operação Censos Sénior são realizadas inúmeras ações de sensibilização, sobre várias temáticas. Considera que as ações de sensibilização desenvolvidas pela GNR para a comunidade idosa, no âmbito da Operação Censos Sénior, estão orientadas de forma a dar resposta aos problemas criminais da sociedade atual?
Segurança e Insegurança Responsabilidade Social Parcerias Comunidade	2	O modelo de policiamento comunitário desenvolvido junto desta população, em que se pretende envolver as pessoas e parceiros na resolução dos problemas, contribui para a melhoria das condições de vida, para a prevenção da criminalidade e o aumento do sentimento de segurança desta população?
Prevenção da criminalidade Policiamento de proximidade	3	A Operação Censos Sénior da GNR está orientada para a prevenção da criminalidade contra idosos. Considera que a mesma decorre cumprindo este desiderato?
Prevenção da criminalidade	4	Tendo em conta a visibilidade que a operação Censos Sénior tem a nível nacional, considera que a GNR poderia intervir no âmbito dos “futuros idosos”, em idade antes dos 65, de forma a preparar para a passagem para a idade idosa e questões securitárias que deverão acautelar quando atingirem os 65 anos?
Prevenção da criminalidade Segurança e Insegurança	5	No âmbito da Operação Censos Sénior da GNR é facultado ao idoso um contato telefónico direto à Seção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário da sua área de residência. Considera que o facultar de um contato telefónico que possibilite contato direto entre o idoso e a GNR, facilita a aproximação e desta forma o esclarecimento de dúvidas e a denúncia de crimes?
Prevenção da criminalidade Segurança e Insegurança Policiamento de Proximidade	6	Sendo a avaliação de impacto mensurável através da alteração comportamental dos visados, considera que os conselhos transmitidos pelos militares da Guarda durante o contacto com os idosos sinalizados, têm motivado a mudança de comportamentos deste extrato da população? a. Se sim, de que forma destacaria esta alteração de comportamentos orientada para a redução de crimes?
Prevenção da criminalidade Segurança e Insegurança Policiamento de Proximidade	7	Na sua opinião, que outros tipos de medidas poderiam ser implementadas na interação entre o policiamento comunitário da GNR e a comunidade idosa, sinalizada pela Operação Censos Sénior, que pudessem contribuir para minorar a ocorrência de crimes?



Apêndice D — Identificação de Entrevistados

<u>Designação</u>	<u>Nome</u>	<u>Órgão/Organização onde exerce</u>	<u>Habilitações Académicas</u>	<u>Contato com a Operação Censos Sénior</u>
E1	Tenente-Coronel Rogério Copeto	Chefe Divisão de Ensino/CDF/GNR	Mestre	Antigo Chefe da Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
E2	Tenente-Coronel António Rodrigues Gomes	Técnico Especialista/MAI	Licenciado	Antigo Chefe da Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
E3	Tenente-Coronel Paulo Miguel Lopes de Barros Poiares	Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais/ GNR	Mestre	Antigo Chefe da Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
E4	Capitão Andreia Vieira	Chefe da Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário/GNR	Mestre	Atual Chefe da Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário



Apêndice E — Grelha de respostas à questão nº1 das entrevistas

Questão 1 – No âmbito da Operação Censos Sénior são realizadas inúmeras ações de sensibilização, sobre várias temáticas. Considera que as ações de sensibilização desenvolvidas pela GNR para a comunidade idosa, no âmbito da Operação Censos Sénior, estão orientadas de forma a dar resposta aos problemas criminais da sociedade atual?

Entrevistado	Resposta
E1	R: “Sim, tendo em conta que os objetivos da “Operação Censos Sénior” são combater o isolamento e a solidão da população idosa, procedendo a GNR, desde 2011, ao levantamento dos locais isolados habitados por idosos, sinalizando as situações de maior perigo e realizando ações de sensibilização e informação sobre os procedimentos de segurança a observar em situações de maus-tratos, assalto ou burla.”
E2	R: “Considerando que um dos objetivos da Operação e das ações de sensibilização decorrentes da mesma é garantir as condições de segurança e tranquilidade das pessoas idosas bem como apoiá-las nas diversas vertentes, principalmente os que vivem isolados, julgo que desta forma estaremos a contribuir decisivamente para dar resposta a um dos problemas criminais da sociedade atual.”
E3	R: “Sim, as ações de sensibilização estão orientadas para sensibilizar os idosos a terem a atenção para a mudança de comportamentos, que contribuem para reduzir a probabilidade de se tornarem vítimas, e a assim prevenir e reduzir os índices de criminalidade e aumentar o sentimento de segurança. No entanto, este (a operação), é um esforço, entre vários, que têm de ser mantidos e continuados ao longo do tempo, que quando desenvolvidos de forma pontual, dificilmente terei um efeito duradouro na mudança de comportamentos, em pessoas que pela idade e experiência de vida têm já dificuldades a mudar certas rotinas.”
E4	R: “Sim, as temáticas abordadas nas inúmeras ações de sensibilização são realizadas essencialmente sobre assuntos que remontam à realidade atual, bem como as solicitadas pelas diversas entidades públicas ou privadas, a fim de os aconselhar sobre procedimentos de segurança, nomeadamente em situações de burla, contos do vigário e furto em residências, por forma a potenciar o sentimento de segurança junto deste estrato da população mais afetada por este tipo de criminalidade.”



Apêndice F — Grelha de respostas à questão nº2 das entrevistas

Questão 2 – O modelo de policiamento comunitário desenvolvido junto desta população, em que se pretende envolver as pessoas e parceiros na resolução dos problemas, contribui para a melhoria das condições de vida, para a prevenção da criminalidade e o aumento do sentimento de segurança desta população?

Entrevistado	Resposta
E1	R: Sim, porque todas as instituições que trabalham com idosos sabem que a GNR é a instituição que mais conhecimento tem sobre esta população e nas suas intervenções solicitam o apoio da GNR, verificando-se não raras vezes intervenções da GNR em parceria com outras entidades, aumentando desse modo o sentimento de segurança dos idosos.
E2	R: O policiamento comunitário visa a prevenção criminal e como tal contribui claramente para a melhoria da segurança da comunidade, especialmente dos mais idosos. Estando especialmente virado para a prevenção criminal, o modelo de policiamento comunitário, com a interação entre as forças e a comunidade, permite um melhor conhecimento dos problemas e assim antecipar a sua resolução. No fundo, havendo uma aproximação entre as forças e a comunidade, estaremos a contribuir decisivamente para mais e melhor segurança.
E3	R: Sim, o envolvimento das pessoas na resolução dos problemas faz com que estas entendam melhor a razão da atuação da GNR e passem a identificar-se e corresponsabilizar com as medidas a desenvolver, contribuindo para o aumento do sentimento de segurança quando as medidas identificadas em conjunto são verdadeiramente implementadas. Quando estas não são executadas terão o efeito oposto.
E4	R: Sim, o policiamento comunitário baseia-se na ideia de que a polícia e a comunidade têm que trabalhar em conjunto para identificar e definir as prioridades e encontrar soluções para os problemas da atual sociedade, sejam eles no âmbito da segurança ou do apoio social.



Apêndice G — Grelha de respostas à questão nº3 das entrevistas

Questão 3 – A Operação Censos Sénior da GNR está orientada para a prevenção da criminalidade contra idosos. Considera que a mesma decorre cumprindo este desiderato?

Entrevistado	Resposta
E1	R: Sim. Não só previne a criminalidade contra esta população vulnerável, como tem salvo vidas.
E2	R: A meu ver, a Operação visa identificar a população idosa que vive sozinha e/ou isolada e realizar ações de sensibilização junto desta franja da população. Com estas ações pretende-se incutir nos idosos comportamentos de segurança com intuito de reduzir o risco de virem a ser vítimas de crimes. Assim, considero que, em última análise, os Censos Sénior da GNR cumprem o objetivo de prevenir a criminalidade contra idosos.
E3	R: Sim, se a considerarmos como uma ação integrada num plano de longo tempo, com a respetiva definição de objetivos, indicadores e metas e não como um ato isolado.
E4	R: Sim, como referido anteriormente, no decorrer da Operação Censos Sénior são desenvolvidas inúmeras ações de sensibilização, através de contatos pessoais ou ações de sala, a fim de os aconselhar sobre procedimentos de segurança, nomeadamente em situações de burla, contos do vigário e furto em residências, por forma a potenciar o sentimento de segurança junto deste estrato da população mais afetada por este tipo de criminalidade, contribuindo assim para desenvolver o conhecimento de comportamentos seguros que permitam que os idosos ganhem a confiança necessária e o sentimento de segurança, para terem uma vida mais ativa.



Apêndice H — Grelha de respostas à questão nº4 das entrevistas

Questão 4 – Tendo em conta a visibilidade que a operação Censos Sénior tem a nível nacional, considera que a GNR poderia intervir no âmbito dos “futuros idosos”, em idade antes dos 65, de forma a preparar para a passagem para a idade idosa e questões securitárias que deverão acautelar quando atingirem os 65 anos?

Entrevistado	Resposta
E1	R: “Não vejo vantagem na intervenção junto da população com idade inferior a 65 anos em moldes semelhantes ao que se faz aos maiores de 65, bem como considero que a faixa etária da intervenção da GNR no âmbito da “Operação Censos Sénior” deva ser aumentada para os 70 anos, porque os cidadãos que atualmente atingem a idade de 65 anos conseguem manter-se informados como no passado não conseguiam, sem esquecer que a idade de reforma é aos 65 anos.”
E2	R: “Relativamente aos “futuros idosos”, creio que a GNR tem aqui um papel fundamental a desempenhar através de ações de formação preparando-os para os diferentes tipos de criminalidade que com mais incidência poderão vir a ser alvo, prevenindo assim futuras situações de risco e garantindo assim um aumento do sentimento de segurança.”
E3	R: “Sim, para além das ações de sensibilização realizadas em sala ou porta-a-porta, um dos grandes contributos das operações, e desta em específico, é contribuir para a visibilidade, que através dos OCS e das redes sociais, tem promovido uma reflexão coletiva sobre esta problemática, da perda natural de capacidades com o envelhecimento e a necessidade de adaptação de comportamentos e do ambiente que nos rodeia para garantir uma melhor qualidade de vida e mais segurança.”
E4	R: “A GNR, além da Operação Censos Sénior, que está inserida no Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, desenvolve imensos programas especiais de policiamento de proximidade onde os princípios orientadores da segurança comunitária são aplicados, procurando-se a cooperação estreita entre a GNR e as distintas entidades sociais e públicas. As linhas prioritárias de atuação dos PEPP são: a promoção duma política integrada de prevenção e contenção da criminalidade; o fortalecimento de parcerias locais com organismos governamentais, autarquias locais e sociedade civil, tendo em vista uma abordagem mais eficaz à especificidade de cada comunidade; e fomentar a responsabilidade e a participação dos cidadãos. Desta forma, através do desenvolvimento dos diversos programas especiais, a GNR potencia nas diversas faixas etárias a adoção de comportamentos de autoproteção.”



Apêndice I — Grelha de respostas à questão nº5 das entrevistas

Questão 5 – No âmbito da Operação Censos Sénior da GNR é facultado ao idoso um contato telefónico direto à Seção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário da sua área de residência. Considera que o facultar de um contato telefónico que possibilite contato direto entre o idoso e a GNR, facilita a aproximação e desta forma o esclarecimento de dúvidas e a denúncia de crimes?

Entrevistado	Resposta
E1	R: “Disponibilizando-se os números de telemóvel dos militares da GNR, os idosos poderão denunciar os crimes de que são vítimas mais facilmente, criando-se assim laços de confiança entre a GNR, os idosos e seus familiares.”
E2	R: “Ao facultar um contato telefónico que possibilite contato direto entre o idoso e a GNR, estamos sem dúvida alguma a criar um sentimento de confiança que facilita a aproximação entre as duas partes, sentimento este crucial no momento de denúncia de eventual crime, porque o idoso sabe que do outro lado tem alguém em quem pode confiar que o irá ouvir e auxiliar.”
E3	R: “Sim, um contacto móvel, associado à disponibilidade de alguém com as devidas competências, garante um canal de comunicação que facilita certamente a aproximação, não podendo a Guarda ficar a aguardar o contacto dos cidadãos, terá de ser a instituição a procurar ter a iniciativa de procurar ganhar a necessária confiança que leva à verdadeira aproximação.”
E4	R: “Sim, o facto de facultar o contacto e o idoso e de este ter esse contacto num local de acesso rápido, bem como, a relação de proximidade criada entre os militares das SPC e os idosos, cria uma forma de contacto rápido para apoio nas diversas situações em que o idosos considerem que a sua segurança poderá estar em risco ou em situações em que necessitam de algum esclarecimento.”



Apêndice J — Grelha de respostas à questão nº6 das entrevistas

Questão 6 – Sendo a avaliação de impacto mensurável através da alteração comportamental dos visados, considera que os conselhos transmitidos pelos militares da Guarda durante o contacto com os idosos sinalizados, têm motivado a mudança de comportamentos deste extrato da população?

a. Se sim, de que forma destacaria esta alteração de comportamentos orientada para a redução de crimes?

Entrevistado	Resposta
E1	R: “Esta população mais vulnerável e menos informada tem alterado os seus comportamentos, alguns de risco, tal como abrir a porta a desconhecidos, sendo no entanto um, trabalho constante de sensibilização e informação, tendo em conta os inúmeros modus operandi existentes, no âmbito da burlas, por exemplo.”
E2	R: “Para medir a eficácia dos conselhos transmitidos pelos militares da GNR na mudança de comportamento dos idosos teríamos que efetuar uma análise aos registos da criminalidade que este extrato da população tem sido alvo, informação esta que não disponho. Em todo o caso, penso que os idosos estão sempre muito predispostos a ouvir as forças de segurança, às quais atribuem toda a credibilidade. No entanto, e mesmo estando devidamente sensibilizados para eventuais crimes, muitas vezes os idosos são ludibriados pela astúcia e capacidade de influência de quem lhes surge a bater à porta e que não raras vezes são verdadeiros criminosos. ”
E3	R: “Sim. Tenho a perceção que as ações de sensibilização têm contribuído num período curto de tempo após as ações de sensibilização para a mudança de comportamentos básicos, como o fechar a porta e janelas e desconfiar de quem toca à porta, no entanto, para consolidação desta mudança tem de haver a necessidade repetir, relembrar os cidadãos da importância da mudança dos comportamentos e comprovar essas vantagens.”
E4	R: “Sim, o objetivo do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, bem como da Operação Censos Sénior é aconselhar sobre procedimentos de segurança, nomeadamente em situações de burla, contos do vigário e furto em residências. Desta forma pretende-se que os idosos adotem comportamentos de autoproteção de forma a prevenir este tipo de crimes.”



Apêndice K — Grelha de respostas à questão nº7 das entrevistas

Questão 7 – Na sua opinião, que outros tipos de medidas poderiam ser implementadas na interação entre o policiamento comunitário da GNR e a comunidade idosa, sinalizada pela Operação Censos Sénior, que pudessem contribuir para minorar a ocorrência de crimes?

Entrevistado	Resposta
E1	R: “Considero que o trabalho da GNR realizado no âmbito da “Operação Censos Sénior” é o necessário e suficiente para atingir os objetivos propostos, sendo uma mais valia no atual contexto da pandemia pelo COVID-19, possibilitando à GNR apoiar esta população, por ter um conhecimento muito profundo e atual das suas necessidades.”
E2	R: “Conforme referi, o policiamento comunitário permite interagir com a comunidade, com o intuito de atuar nas causas dos problemas. A visibilidade das forças, no caso a GNR, é fundamental na prevenção criminal porque ao estarmos "visíveis" estamos a dissuadir a prática de crimes e a reforçar o sentimento de segurança da população que servimos, em especial a mais vulnerável. No que concerne a outros tipos de medidas que pudessem contribuir para minorar a ocorrência e crimes, julgo que além da proximidade e visibilidade constante das polícias, da rede de contactos diretos e imediatos, eventualmente equacionar a criação de uma Comissão Nacional de Proteção de Idosos, à semelhança do que acontece com os jovens.”
E3	R: “Apresento as seguintes medidas que s.m.o. poderão contribuir para minorar a ocorrência de crimes: - Os idosos, participarem, integrarem, nos Conselhos Municipais de Segurança ou temáticos (segurança do idoso) quando existam. - Definição de metas de número de contactos, mínimos, entre militar e idosos. - Ser desnecessário a declaração de proteção de dados para efeitos da sinalização dos idosos no âmbito da prevenção criminal. - Garantir a formação de especialização a todos os elementos das SPC. - Incluir no giro, das diversas patrulhas de proximidade dos PTer, as residências dos idosos mais vulneráveis. - Incluir no processo educativo da sociedade, disciplinas sobre a temática do envelhecimento.”
E4	R: “Na minha opinião, a teleassistência é uma medida que contribuiria para a diminuição de ocorrência de crimes contra idosos. Esta medida poderia ser aplicada através da utilização de um dispositivo eletrónico de apoio, que lhe permite obter assistência permanente em qualquer eventualidade, através de um atendimento personalizado e interessado, proporcionando uma resposta imediata em situações de emergência ou derivadas destas, bem como o apoio à solidão, a todos os utentes que se encontrem em situação de vulnerabilidade ou dependência, 24 horas por dia e 7 dias por semana.”